

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ANA CRISTINA KUNZ

**E A NOTÍCIA TEM COR? A IMPRENSA NEGRA ATRAVÉS DO JORNAL CRUZ E
SOUZA (LAGES-SC)**

CHAPECÓ

2024

ANA CRISTINA KUNZ

**E A NOTÍCIA TEM COR? A IMPRENSA NEGRA ATRAVÉS DO JORNAL CRUZ E
SOUZA (LAGES-SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Renilda Vicenzi

CHAPECÓ

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Kunz, Ana Cristina

E A NOTÍCIA TEM COR? A IMPRENSA NEGRA ATRAVÉS DO
JORNAL CRUZ E SOUZA (LAGES-SC) / Ana Cristina Kunz. --
2024.

77 f.:il.

Orientadora: Doutora Renilda Vicenzi

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2024.

1. Centro Cívico Cruz e Souza. 2. Imprensa Negra. 3.
Lages - Santa Catarina. 4. Cidadania. I. Vicenzi,
Renilda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

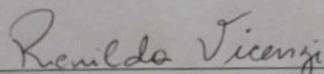
ANA CRISTINA KUNZ

E A NOTÍCIA TEM COR? A IMPRENSA NEGRA ATRAVÉS DO JORNAL CRUZ E
SOUZA (LAGES-SC)

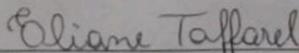
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 09/07/2024

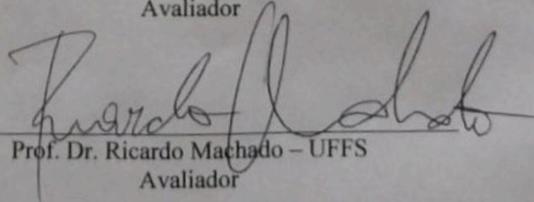
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Renilda Vicenzi UFFS
Orientadora



Prof. Ms. Eliane Taffarel UFFS
Avaliador



Prof. Dr. Ricardo Machado – UFFS
Avaliador

Livre

Livre! Ser livre da matéria escrava,
arrancar os grilhões que nos flagelam
e livre penetrar nos Dons que selam
a alma e lhe emprestam toda a etérea lava.

Livre da humana, da terrestre bava
dos corações daninhos que regelam,
quando os nossos sentidos se rebelam
contra a Infâmia bifronte que deprava.

Livre! bem livre para andar mais puro,
mais junto à Natureza e mais seguro
do seu Amor, de todas as justiças.

Livre! para sentir a Natureza,
para gozar, na universal Grandeza,
Fecundas e arcangélicas preguiças.

(João da Cruz e Sousa)

Para todos aqueles que diariamente ainda
enfrentam os grilhões “invisíveis” da exclusão e
do preconceito racial e lutam por uma sociedade
mais justa e de iguais oportunidades.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente aos meus pais. Um parágrafo em uma página de agradecimentos nunca irá representar verdadeiramente o amor e a gratidão que eu tenho por vocês e pelos seus ensinamentos. Obrigada por sempre me mostrarem que a educação é sim o caminho, mesmo quando toda a sociedade já começa a desacreditar disso, e por nunca deixarem me faltar nada, principalmente afeto, apoio constante e segurança.

Em memória de Lory Teresa Kunz, minha querida avó que partiu cedo demais e não teve tempo de ver sua neta se formar na universidade. Você estará sempre em meus pensamentos.

Aos queridos e incomparáveis colegas de turma, os únicos que serão capazes de compreender esse sentimento comigo, parafraseando a banda *One Direction*, “nós estamos envelhecendo e estive pensando sobre isso ultimamente, já te deixou louco a rapidez com que a noite muda?” Obrigada por compartilharem desses últimos quatro anos, que sinceramente, duraram muito mais e também muito menos do que isso. Que sorte poder ter conhecido e caminhado junto com vocês nessa fase das nossas vidas.

Ao meu grupo de amigas, que apesar dos próprios desafios enfrentados, pacientemente me ouviram falar acerca dos dilemas desse trabalho de conclusão e das disciplinas da faculdade, além de diariamente me ensinarem aprendizados valiosos sobre a vida e sobre mim mesma. Eu amo vocês com todo meu coração. À minha amiga Rillary, de modo especial, por ter estado comigo literalmente desde o início dessa jornada e ter sido meu fundamental equilíbrio nos momentos de maior dificuldade ao longo do curso.

Ao Centro Cívico Cruz e Souza e todos seus componentes ao longo da história, por terem sido e ainda serem resistência crucial, lutando pelo acesso aos seus direitos e salvaguardando essa história nobre e respeitável do povo negro catarinense.

Ao Museu Histórico Thiago de Castro da cidade de Lages, por me permitirem fácil acesso ao material que foi fundamental para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Renilda Vicenzi, por ter confiado no meu potencial e também do meu tema de pesquisa. A sua orientação e apoio foram essenciais para que chegássemos até aqui, muito obrigada pela oportunidade. Você é uma inspiração para mim e para qualquer professor que busque promover uma educação ética, decolonial e antirracista, assim como deve ser.

Ao professor Bruno Picoli, que acreditou que aquela menina perdida da segunda fase do curso de história e que ele via apenas através da tela nos tempos de aula remota na pandemia do coronavírus poderia desenvolver algo academicamente relevante. A nossa pesquisa em iniciação científica me permitiu descobrir muito sobre meus interesses, além de ter me feito crescer, dentro e fora da academia.

Aos professores que em algum momento cruzaram meu caminho acadêmico, e que entre Adornos e Funaris, também ministraram importantes lições em suas ações, práticas de aula e conversas corriqueiras. Também aos meus estudantes das turmas da Escola de Educação Básica Felisberto de Carvalho, que através dos estágios me proporcionaram várias experiências memoráveis, principalmente ao ter a chance e a felicidade de ser professora pelas primeiras vezes, e aos professores Arli Silvana Orsolin e Gilson Gugel, por terem facilitado o processo e se entusiasmado com meus avanços.

Aos amigos com quem diariamente compartilhei o transporte ao longo desses últimos quatro anos. Vocês tornaram a jornada diária de três horas por estradas tortuosas muito mais suportável. Vamos se falando, "tá"? Tô com vocês e não abro.

Aos demais amigos e colegas, que não arriscarei mencionar individualmente para não negligenciar ninguém igualmente marcante, mas que de alguma maneira se fizeram presentes em minha vida até agora e ininterruptamente me incentivam a buscar pela concretização de cada um dos meus sonhos, meu muito obrigada!

Por fim, à Ana Cristina de 18 anos, que mesmo perdida e com medo do desconhecido, aceitou encarar o desafio (e que desafio!) de se formar professora historiadora em tempos onde a docência e a pesquisa não são mais devidamente valorizadas. Obrigada por ter tirado forças de lugares por vezes inimagináveis, pois foi graças a sua coragem que podemos nos orgulhar de toda nossa evolução e de tudo que aprendemos nestes últimos anos, e principalmente de quem a Ana Cristina de 22 anos está se tornando.

Viva a educação pública! Viva a docência! Viva as ciências humanas! Viva a pesquisa brasileira!

Me diga o que aconteceu com meus direitos

Eu sou invisível porque você me ignora?

A proclamação me prometeu liberdade

(Michael Jackson, 1995)

RESUMO

A presença de indivíduos negros na “branca Santa Catarina” é uma pauta que vem se ampliando nas últimas décadas nos espaços acadêmicos e nos debates/diálogos cotidianos. Buscando dar mais visibilidade a presença histórica de pessoas negras no estado, e compreendendo a relevância e a influência da imprensa, a presente monografia objetiva evidenciar a existência da imprensa negra no interior do estado, símbolo de resistência e luta, através da investigação e análise das publicações do periódico do Centro Cívico Cruz e Souza da cidade de Lages, no planalto serrano, durante os anos iniciais da República. A pergunta proposta é: de que modo a imprensa negra atuou no cotidiano social com vistas a visibilidade da população negra? O trabalho aborda interpretações em simultâneo das contrariedades enfrentadas pelo indivíduo de cor durante o início do período republicano (imediate pós-abolição), bem como sua presença e posicionamentos frente à exclusão. Essa discussão emprega como fonte o periódico “Cruz e Souza” (1919), através do qual é possível perceber a realidade da comunidade negra e as ações empreendidas por esses indivíduos para conquistarem espaço em uma sociedade que, em geral, os despreza. A discussão bibliográfica sobre a imprensa negra tem suporte nos estudos de Petrônio Domingues (2004) e Lilia Schwarcz (1993), assim como autores que discutem a estrutura racializada local, como Eráclito Pereira (2013) e Sebastião Ataíde (1988). É imprescindível o reconhecimento das contribuições da população negra para a constituição do estado de Santa Catarina em todos os seus aspectos.

Palavras-chave: Imprensa negra. Cidadania. Centro Cívico Cruz e Souza. Lages - SC.

ABSTRACT

The presence of black people in "white Santa Catarina" is an issue that has been growing in recent decades in academic spaces and everyday debates. Seeking to give greater visibility to the historical presence of black people in the state and understanding the relevance and influence of the press, this monograph aims to highlight the existence of the black press in the interior of the state, a symbol of resistance and struggle, by investigating and analyzing the publications of the periodical of the Cruz e Souza Civic Centre in the city of Lages, on the high plateau, during the early years of the Republic. The question posed is: how did the black press act in everyday life to increase the visibility of the black population? The work addresses simultaneous interpretations of the setbacks faced by people of color during the early Republican period (immediately post-abolition), as well as their presence and positions in the face of exclusion. This discussion uses the periodical "Cruz e Souza" (1919) as a source, through which it is possible to perceive the reality of the black community and the actions undertaken by these individuals to gain space in a society that generally despises them. The bibliographical discussion on the black press is supported by studies by Petrônio Domingues (2004) and Lilia Schwarcz (1993), as well as authors who discuss the local racialized structure, such as Eráclito Pereira (2013) and Sebastião Ataíde (1988). It is essential to recognize the contributions of the black population to the constitution of the state of Santa Catarina in all its aspects.

Keywords: Black press. Citizenship. Cruz e Souza Civic Centre. Lages - SC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demografia do município de Lages em 1872	18
Tabela 2 - Demografia do município de Lages em 1940.....	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto da primeira diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza, de 1918.....	31
Figura 2 - Foto de Henrique Valadares da Silva, “O Baiano”	34
Figura 3- Foto do exterior da sede do Centro Cívico Cruz e Souza.....	35
Figura 4- Letreiro identificando a sede do Centro Cívico Cruz e Souza.....	36
Figura 5- Primeira página da edição n. 1 do jornal “O Literato”.....	44
Figura 6- Página inicial da primeira edição do jornal “Cruz e Souza”, de 1919.....	48
Figura 7- Segunda página da segunda edição do jornal “Cruz e Souza”, de 1919.....	54
Figura 8- Página inicial da terceira edição com destaque para o dia da independência. Jornal “Cruz e Souza”, de 1919.....	57
Figura 9- Página comemorativa na terceira edição do jornal “Cruz e Souza”, de 1919.....	59
Figura 10- Imagem da fachada da antiga sede da Sociedade Cravo Preto.....	61
Figura 11- Página da quarta edição contendo o hino cívico. Jornal “Cruz e Souza”, de 1919..	63
Figura 12 - Página inicial da quinta edição contendo informativo festivo. Jornal “Cruz e Souza”, de 1919.....	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OS CAMPOS DE LAJES E O CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL NACIONAL NA AURORA DA REPÚBLICA.....	17
2.1 A formação de Lages e a presença negra no município.....	17
2.2 As teorias raciais no contexto brasileiro dos séculos XIX e XX.....	22
2.3 As perspectivas acerca das condições impostas ao indivíduo negro em Lages.....	26
2.4 A resistência negra lageana a partir do Clube Cívico Cruz e Souza.....	30
3 A IMPRENSA NEGRA COMO MANIFESTO DE RESISTÊNCIA.....	39
3.1 Imprensa negra no Brasil: breve apresentação.....	39
3.2 Panorama paradigmático na conexão entre a imprensa negra e os clubes sociais e recreativos, a partir dos casos do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e do Clube Literário e Recreativo Castro Alves	42
3.3 Recontro e evidência, memória e resistência: o periódico “Cruz e Souza”.....	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
LISTA DE JORNAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

O fim do período escravista com a oficialização da abolição (13 de maio de 1888) no Brasil se inicia quase que conjuntamente com a alteração política de transição da Monarquia à República brasileira, com a promessa de novos tempos com avanços na cidadania e prosperidade política e econômica ao país. Na Constituição de 1891, há ênfase na seção II - Declaração de Direitos, § 2º - Todos são iguais perante a lei¹. Entretanto, diferentemente do que os papéis legislativos asseguravam, nem todos os indivíduos brasileiros poderiam se considerar cidadãos de fato, visto que, muitos eram impedidos de exercer os atributos relacionados a tal definição.

Em detrimento do cientificismo racial predominante no período, mesmo após a abolição da escravidão, os indivíduos negros continuam sendo inferiorizados e suas ações sociais e culturais são fervorosamente hostilizadas, relacionadas a uma concepção de atraso, visto que, para as elites, os indivíduos negros estavam irremediavelmente conectados ao passado escravista brasileiro e não poderiam representar o progresso e a civilidade que os mesmos buscavam para si e para o país com a ascensão republicana.

Assim como em todo país, essa mesma situação ocorria amplamente em Santa Catarina, onde havia um grande contingente de negros livres que deveriam, por certo, a partir daquele momento compor e ser reconhecido, mesmo que tardiamente, seu lugar na identidade do país. Apesar disso, o preconceito racial já sendo um princípio de estruturação no corpo social nacional e com o auxílio das teorias eugenistas que estavam em seu apogeu, promoveu o estabelecimento de barreiras quase intransitáveis à população negra e o exercício de sua cidadania.

As elites, com o objetivo de construir para si mesmas um país à moda europeia de “civilidade”, se utilizavam deste contexto para, segundo Pereira (2013, p. 21-22),

Promover a invisibilidade negra era um dos principais objetivos e suportes das elites dominantes e da intelectualidade brasileira, que tinham como fundamento uma “ideologia do branqueamento”, cuja prioridade era acabar gradativamente com a barbárie representativa que o negro e o índio possuíam em meio à sociedade, afim de que ela, de fato, fosse considerada “civilizada”.

Ao mesmo tempo, no estado catarinense, um meio de comunicação que cada vez mais rápido se desenvolvia e se expandia no início do novo século, demonstrando notoriedade desde o princípio, é a imprensa escrita. Os jornais se tornam uma ferramenta de suma

¹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

importância nesse contexto político, onde além de apresentar informações e promover a comunicação, também possuem a capacidade de auxiliar e intervir na constituição de uma identidade regional e nacional. Porém, é necessário perceber que “são os membros destas mesmas elites que fundam os jornais, [...] e uma vez em espaços privados, valer-se da imprensa, para dar visibilidade pública às suas pretensões socioculturais e políticas.” (Pereira, 2013, p. 22). Isto significa que os jornais possuíam interesses específicos a serem desenvolvidos, em conformidade com as elites proprietárias.

É a partir da necessidade de ampliar seus direitos, exteriorizar as lutas enfrentadas diariamente e conquistar um meio de evidenciar suas próprias narrativas acerca dos fatos que surge a denominada “imprensa negra”, e que como apresentam Araújo e Peruzzo (2021, p. 233),

Apesar de não terem o devido reconhecimento e espaço para divulgação de suas proposições, essas produções tiveram um papel fundamental para a construção de uma visão crítica por parte da negritude brasileira, com ações denunciativas e reivindicatórias.

Algumas vezes essa imprensa esteve associada a Centros Cívicos e Recreativos, principalmente naqueles direcionados especificamente para a população negra. Esses clubes sociais são locais que promovem o entretenimento e a sociabilidade de seus membros (Escobar, 2010, p. 57), e que se tornam símbolos da forte resistência promovida por essas populações contra o sistema e as práticas racistas vigentes, que impedem o seu desenvolvimento social, cultural, econômico e educacional.

A centralização dos estudos recai sobre Lages, um município localizado no planalto serrano catarinense, e que já possuía um desenvolvimento citadino considerável para uma cidade do interior, se comparada a grandes centros urbanos como Desterro, mas que espelhava os mesmos problemas sociais encontrados em outros locais do país. A população negra lageana, além de não ser incluída nas promessas republicanas (todos são iguais), em muitas situações não teve seus direitos mínimos garantidos e se viu obrigada a sobreviver à margem da sociedade, buscando formas de resistir. Nesse local, a resistência ocorreu também através da criação do Centro Cívico Cruz e Souza (1918), um dos primeiros clubes sociais do estado destinado exclusivamente para indivíduos de cor, e que luta por melhores condições de vida para seus membros, além de buscar inseri-los nessa sociedade.

A proposta da pesquisa perpassa a questão de explorar o contexto no qual essa imprensa negra lageana emerge. Além disso, constatando a relevância e a influência da imprensa escrita, bem como a ‘verdade relativa’ presente nela, através das notícias que

corroboram na difusão de opiniões e diferentes narrativas, faz-se necessário esquadrihar: de que maneira se fez presente a imprensa negra no interior catarinense, através do jornal Cruz e Souza, no município de Lages? Explorando essa situação, portanto, procura-se analisar o modo como a imprensa negra lageana atuou com viés de resistência para conquistar/ampliar espaço político e social na sociedade através das suas publicações.

A partir do uso desses registros jornalísticos como fonte no processo de pesquisa, a metodologia de análise empregada será essencialmente documental. As publicações noticiosas a serem analisadas se resumem as únicas 5 edições existentes referente ao periódico intitulado “Cruz e Souza” (1919)², órgão de notícias pertencente ao Centro Cívico Cruz e Souza. As edições são todas respectivas ao mesmo ano, 1919, havendo duas publicações no mês de agosto, duas no mês de setembro e uma última no mês de outubro.

A pesquisa aborda a partir destas cinco edições do período Cruz e Souza as dimensões do imediato pós-abolição que não se restringe a um tempo cronológico fixado, mas das inter relações entre a imprensa negra e a comunidade negra lageana. Há uma intelectualidade negra em Lages próxima ao debate racial no Brasil que nos legaram estas edições. Para a fundamentação da discussão acerca da temática racial foi considerado as abordagens de autores como Lilia Schwarcz (1993), Petrônio Domingues (2004), Cida Bento (2022) e Kabengele Munanga (2004), além da literatura sobre a temática em Lages com Frank Marcon (2010) e Eráclito Pereira (2013).

Esse trabalho está articulado a partir de dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta informações demográficas acerca da presença da população negra em Santa Catarina, e mais especificamente no município de Lages, através da utilização de censos do final do século XIX e início do XX, com objetivo de desconstruir argumentos da elite branca de que sua presença, quando em questões quantitativas, não possuía relevância. Questões como democracia racial, mestiçagem, civilidade, ordem, progresso e política do branqueamento se farão presentes neste primeiro capítulo, com o objetivo de também apresentar o contexto da época e as dificuldades que eram impostas à visibilidade, sociabilidade e ao exercício da cidadania pela população negra. A presença da resistência negra é discutida a partir da perspectiva da fundação do Centro Cívico Cruz e Souza no ano de 1918 e suas atividades.

No segundo capítulo as discussões ocorrem em torno do surgimento da imprensa negra no Brasil e a demonstração de sua presença no estado de Santa Catarina. Em seguida, são

² As edições do jornal Cruz e Souza encontram-se no Museu Histórico Thiago de Castro, em uma pasta denominada ‘Centro Cívico Cruz e Souza’, localizado na cidade de Lages - Santa Catarina, e foram disponibilizadas de forma digital pela instituição para a realização dessa pesquisa.

desenvolvidas diversas análises e discussões acerca das temáticas divulgadas pelo periódico “Cruz e Souza” ao longo de suas edições, identificando alguns aspectos de conduta dessa gazeta representativa do Centro Cívico e dos seus membros, bem como acontecimentos da vida cotidiana dessa comunidade nos apresentando mais esclarecimentos sobre sua participação no desenvolvimento social e econômico do município lageano. Os estudos aconteceram ininterruptamente em atenção ao contexto histórico vivido e aos movimentos que despontaram nesse período, como o nacionalismo.

Para além de evidenciar a presença efetiva de comunidades negras no território estadual, e sua resistência indispensável para essa consolidação e sobrevivência, esse texto monográfico destaca as singularidades referentes a essa fonte de jornal, assim como ressalta a existência da imprensa negra também no interior do estado e o seu papel fundamental em uma das facetas das lutas empreendidas pela população negra catarinense contra um sistema coercivo e invisibilizador para com os mesmos.

2 OS CAMPOS DE LAJES E O CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL NACIONAL NA AURORA DA REPÚBLICA

2.1 A formação de Lages e a presença negra no município

A concessão de Campos de Lajes³, atualmente denominada de planalto catarinense, foi fundada em novembro de 1766 pelo bandeirante português Antônio Correia Pinto, com a intenção inicial de frear a expansão espanhola que se estendia para o interior do território brasileiro, pertencente na época a Portugal. Porém, a mesma só foi estabelecida na sua atual localidade, e posteriormente designada como vila, no ano de 1771. Por ser situada mais no interior, frente às cidades litorâneas, seu desenvolvimento ocorreu de maneira gradual, visto que só dispõe de ligação terrestre direta com Desterro⁴ a partir do ano de 1790, através da abertura de uma estrada que conecta as cidades. A contar disso, tornou-se um centro populacional referencial assentado no planalto serrano e sua economia estava diretamente ligada a atividades como a agricultura, pecuária e a extração de recursos, como a madeira.

Desde o princípio da construção desse povoamento, como reflexo do que sucedia no Brasil, os exploradores dessas terras, assim como os trabalhadores livres, contaram com os rendimentos do trabalho forçado, representado pelos negros em situação de escravização. Porém, a narrativa construída acerca da ocorrência da escravidão em Lages, assim como na maioria dos municípios localizados na região Sul do Brasil nesse período, possui peculiaridades quando comparada a outros locais. Três concepções fundamentais influenciaram para que a perspectiva comum, fundamentada com estudos da própria academia, acerca da escravidão na serra catarinense fosse classificada como “insignificante”. Segundo Joana Maria Pedro (1988, p. 238):

Embora a historiografia incline-se a creditar este número proporcionalmente menor de escravos em Santa Catarina - sempre em comparação a outras regiões - ao sucesso da imigração européia com base na pequena propriedade, [...] teria não apenas dispensado a utilização da mão-de-obra escrava, como, sobretudo, demonstrado a superioridade do trabalhador livre no cultivo da terra. E, em conformidade com estes argumentos, as relações entre senhor e escravo foram descritas, na maioria das vezes, como relativamente brandas, tendo sido, em boa medida, superadas pelo espírito magnânimo das elites locais.

³ Primeira denominação dada a essa região, devido a quantidade de pedra laje (arenitos) presentes nesse local. Em 1960 a nomenclatura atualizou-se singularmente para “Lages”, escrito com a letra g (Carneiro, 2006, p. 104).

⁴ Capital da província de Santa Catarina, foi renomeada “Florianópolis” em 1894.

Ou seja, a autora discute que as concepções elaboradas acerca de um número relativamente mais baixo de escravizados no estado, quando comparado a outros estados brasileiros, associada ao contínuo incentivo da imigração europeia para a região, juntamente a situação anunciada como mais “harmônica” das relações interétnicas e de trabalho forçado⁵ propiciaram a narrativa de uma escravidão particularizada, na qual ela não teria tanta importância econômica e social no desenvolvimento local, visto a necessidade ínfima de escravizados e, portanto, da presença numérica irrelevante de indivíduos negros nesse território.

É importante salientar que as relações fundamentadas no sistema escravista sempre foram cercadas por tensões, onde os indivíduos em situação de escravização buscavam maneiras de resistir e romper com o ciclo de violências e opressão aos quais eram submetidos, indiferentemente do local de ocorrência e do grau de divulgação desses fatos.

Quanto a problemática acerca da presença inexpressiva de indivíduos negros ou de cor na região lageana, documentos de cunho oficial retratam a situação oposta. A tabela apresentada abaixo contém dados referentes ao Recenseamento do *Brazil* do ano de 1872⁶, ainda relativos ao período imperial brasileiro.

Tabela 1: Demografia do município de Lages em 1872.

	Livres				Escravos		População total
	População branca	População parda	População negra	População cabocla	População parda	População negra	
São Joaquim	2.869	38	24	-	138	338	3.407
Lages	3.111	1.579	219	213	297	507	5.926
Baguaes	1.290	919	102	14	78	159	2.562
Total da região	7.270	2.536	345	227	513	1.004	11.895

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1874.

Para uma breve contextualização, é necessário compreender que a tabela elaborada acima diz respeito à jurisdição fronteiriça de Lages durante o período imperial brasileiro, a qual correspondia a esses territórios, antes do desmembramento e emancipação como

⁵ Na mesma obra, os autores manifestam que essa afirmação pode ser contradita quando analisados os processos criminais referentes a incidentes entre escravos e seus senhores na vila de Lages ao decorrer do período escravocrata brasileiro. (Pedro, 1988, p. 238)

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: IBGE, 1874.

municípios autossuficientes. Portanto, a tabela corresponde especificamente ao levantamento completo da população total do município lageano no ano de sua verificação.

A partir de uma análise detalhada, é possível perceber que as informações oficiais apresentadas constataam que 36,97% da população total lageana era composta por indivíduos de “cor”, em outras palavras, que correspondiam a identificação de pessoas pardas ou pretas. Ainda que, numericamente menor se comparado ao contingente de brancos residentes na localidade, não é mais possível ignorar, nos dias de hoje, o fato de que essa comunidade negra representava mais de um terço da população lageana, em ocasião que antecede a abolição da escravidão no país.

Dando sequência ao diagnóstico desses dados, das 4.389 pessoas de cor residentes no município, 2.881 se encontravam na situação de pessoas livres ou libertas, o equivalente a 65,64% da população negra. Em vista disso, o fato de haver uma concentração menor de trabalho sustentado pela escravidão, em comparação a outras áreas brasileiras, também não é suficiente para justificar as teses que apresentaram a projeção de uma quantidade reduzida de negros em Lages, uma vez que a maioria deles se encontrava comprovadamente em situação de liberdade. Consequentemente, é urgente que o pretexto de insuficiência numérica apresentado no passado pela historiografia seja rapidamente revisto, ao mesmo tempo que a temática deva se tornar objeto de estudos com mais assiduidade, visto a indispensabilidade de novas interpretações em relação a essa proposição.

Transitando para o período republicano brasileiro, o Recenseamento Geral de 1900⁷, apesar de ser o primeiro censo populacional nacional da era republicana, não apresenta informações contabilizadas da população sobre a cor de seus habitantes, classificando-os simplificaradamente nos gêneros feminino e masculino. Anos após a apuração desses dados, um novo Recenseamento nacional é realizado no ano de 1920⁸. Nesse levantamento a população é separada novamente em gêneros, mas com o adicional de se incrementar informações classificativas como a idade do indivíduo e a sua nacionalidade, informação necessária devido às grandes massas de imigrantes que alcançam as terras brasileiras nesse período. Novamente é possível perceber que a cor dos residentes é um elemento inexplorado pelo censo demográfico oficial. A assimilação que pode ser obtida através dessa observação é a de que houve uma supressão intencional de dados com o objetivo de mascarar a presença da população negra em todo o país. Isso porque, especialmente neste período, é providenciado

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento geral do Brasil em 1900. Rio de Janeiro: IBGE, 1900.

⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento geral do Brasil em 1920. Rio de Janeiro: IBGE, 1928.

eliminar qualquer traço ou relação existente entre o país que se constrói e de sua população com a escravidão, que é vista como uma situação passiva de esquecimento completo na história nacional, uma vez que não corresponde com a imagem de modernidade e civilidade que almeja-se transmitir. Isso se torna perceptível através de um conjunto de diferentes atitudes empreendidas inclusive por conceituados políticos da época, como um notável exemplo evidenciado pela antropóloga Lilia Schwarcz (2012, p. 188).

Em 14 de dezembro de 1890, Ruy Barbosa - então ministro das Finanças - ordenou que todos os registros sobre escravidão existentes em arquivos nacionais fossem queimados. A empreitada não teve sucesso absoluto - e não foram eliminados todos os documentos -, mas o certo é que se procurava apagar um determinado passado e que o presente significava um outro começo a partir do zero.

Isto significa que a população negra, que ainda é fortemente associada pelos demais aos tempos da escravatura, é alvo particular da prática de invisibilização até nos documentos oficiais, pois naquele momento passam a “representar” o atraso e as discrepâncias relacionadas a esse sistema por séculos estimulado no território. Seguindo essa linha de pensamento, o desenvolvimento do país só iria ocorrer devido aos esforços da população branca que seria a única capaz de promover o progresso esperado. Esse pressuposto possui como consequência, além da invisibilidade negra, cenários posteriores que se relacionam com as suposições racistas de miscigenação, branqueamento e de democracia racial adotadas pela população e pelo sistema brasileiro. Futuramente essas conjecturas serão abordadas e analisadas com uma maior quantidade de detalhes, assim como a efetivação da sua execução no meio social.

Seguindo com os diagnósticos censitários e transitando para a década de 1940, finalmente é possível se utilizar de novas informações demográficas e contextuais de modo a comparar aos dados obtidos inicialmente na Tabela 1 para um aperfeiçoamento das análises. Segue abaixo tabela referente ao Recenseamento Geral do Brasil em 1940⁹, 52 anos após a abolição da escravidão e com os limites municipais já dispostos de maneira mais próxima da realidade atual:

Tabela 2: Demografia do município de Lages em 1940.

	População branca	População negra	População amarela	População parda	Pessoas de cor não declarada	População total
Lages	46.443	7.136	2	113	3	53.697

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento geral do Brasil em 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

A população que antes, em 1872, apresentava uma quantidade total de 11.895 habitantes em uma região territorial muito mais extensa, agora ostenta a presença populacional multiplicada quase em cinco vezes, totalizando 53.697 residentes em um território um pouco menor. Esse salto demográfico por si só já chama a atenção, mas quando analisado separadamente as singularidades se tornam ainda mais explícitas.

Proporcionalmente falando, a população branca de Lages aumentou pouco mais do que seis vezes, se comparado ao censo de 1872, enquanto que a população negra aumentou pouco mais de cinco vezes, quando comparado ao mesmo período. Observando dessa perspectiva, a situação pode aparentar ter sido igualitária em seu crescimento. Porém, explorando os números, enquanto a população negra da cidade teve um aumento em 5.787 habitantes, o quantitativo da população branca cresceu com cerca de 39.173 indivíduos, expondo a diferença impressionante entre os dois públicos.

A situação é ainda mais notável quando observada a população considerada como parda do município. A contagem de 113 habitantes pardos registrada neste censo é vinte e sete vezes menor do que o apontado no censo demográfico de 1872, sendo um total de 2.936 indivíduos a menos. Uma das explicações que podem ser aplicadas para esclarecer essa conjuntura respectiva a diminuição populacional drástica nesse período de tempo é a implementação de determinadas políticas sociais, como abordado acertadamente pelo antropólogo Kabengele Munanga (1999, p. 113).

Sem dúvida a infusão do sangue “branco”, pelo intenso processo imigratório de origem ocidental por um lado, e as baixas nas taxas de fecundidade e de natalidade no meio da população negra acompanhadas de altas taxas de mortalidade, por outro lado, ajudaram na diminuição sensível da população negra.

Concomitante a isso, e sendo também outra parte da elucidação realizada por Munanga (1999, p. 113) acerca dessas implementações políticas, encontra-se o processo miscigenatório, que ascendeu rapidamente no país e com incentivos perturbadores se tornou o mais intenso de todo o continente americano. Ainda que o autor esteja descrevendo de uma forma mais geral um cenário que se tornava cada vez mais comum em todo o território nacional, a justificativa também se aplica às condições específicas encontradas no município lageano. Isso porque, e será possível comprovar no decorrer do presente trabalho, esses processos e políticas executadas são facilmente encontradas na região Sul do país, bem como em Santa Catarina e seus respectivos municípios, pois foram deliberadamente praticadas nessa região, tornando-se referência de êxito.

Toda essa conjuntura é, portanto, parcialmente resultante de um processo que começa a receber maiores incentivos com o advento da República, que é a imigração europeia. Principalmente na região ao Sul do país, essa leva de imigrações foi mais abundante, pois recebia incentivos governamentais. O Brasil, nos finais do século XIX e no início do século XX, buscava uma mão de obra que ocupasse essa área com a finalidade de habitá-la e explorá-la, de modo a garantir essas fronteiras e obter mais lucros.

Simultaneamente, toda a região Sul buscava por trabalhadores livres, que preferencialmente contivessem traços fenotípicos brancos. Isso porque, com a República e as novas ideias que irrompem no início do novo século sobre civilidade e progresso influenciam o país, que busca se inspirar a ponto de se igualar às sociedades europeias. Para que isso ocorresse, mudanças deveriam ser desempenhadas também no que diz respeito à própria população brasileira, que, aproximando-se da europeia, teria de se tornar cada vez mais branca.

A migração européia, em especial aquela chegada a partir de meados do século XIX, foi realizada no bojo de um processo bastante complexo, no qual se visavam, entre outras coisas, a substituição da mão-de-obra escrava, a regeneração do valor simbólico do trabalho e mesmo um branqueamento da população brasileira. No caso de Santa Catarina, em particular, a atração de parte do contingente de imigrantes dirigido ao país visava, também, à ocupação e valorização de vastas áreas de terras virtualmente desabitadas, bem como a fixar uma população capaz de amparar, com homens e mantimentos, eventuais movimentos de tropas militares numa região de fronteira um tanto agitada (Pedro, 1988 p. 240).

Deu-se início, portanto, a política de branqueamento brasileira que vem associada a negação/invisibilidade de pessoas negras.

2.2 As teorias raciais no contexto brasileiro dos séculos XIX e XX

A partir da ilusória igualdade geral, houve a identificação de que o sistema econômico brasileiro fundamentado no regime escravocrata desfrutaria de um grau de cortesia e confraternização maior com relação ao elemento negro no decorrer de sua longevidade, se comparado ao sistema escravista presente em outros lugares do mundo. Esse foi um dos fatores que corroborou para que, teoricamente, adversidades envolvendo discriminação, preconceito e desigualdades raciais fossem destacadas como inexistentes no país, que rapidamente se tornava um modelo internacional de democracia racial¹⁰.

Os resíduos iniciais deste pressuposto teórico no Brasil remontam ao século XIX, os quais foram concebidos por viajantes, que intensificaram a ideia de fraternidade entre

¹⁰ Termo consolidado pelo autor Gilberto Freyre na obra “Casa Grande & Senzala”, em 1933.

senhores e escravos, disseminando através de seus relatos uma ausência de conflitos de ordem aparente, fato esse já comprovado como errôneo pela historiografia, visto as diversas formas de resistência apresentadas pelos indivíduos que buscavam a liberdade do domínio dos senhores escravocratas ao longo dos anos coloniais. A elite intelectual e política também teve participação efetiva nessas discussões e seus desdobramentos, que foram amplificadas pela imagem de uma institucionalização da abolição da escravidão e os debates acerca dos processos de mestiçagem (Domingues, 2004).

As comparações constantes com o modelo político estadunidense também serviram como argumento que indicaria a fraternidade entre as raças existentes no Brasil. Nos Estados Unidos, o racismo era abertamente praticado, com o diferencial de que era amparado, em alguns Estados do Sul do país que eram governados pelos democratas, pelo regime de leis segregacionistas conhecido como “*Jim Crow*”¹¹.

Citando Petrônio Domingues (2004, p. 284):

Como o sistema racial estadunidense servia de parâmetro às avaliações locais, o racismo era interpretado como sinônimo de segregacionismo institucionalizado. Qualquer exclusão de outro gênero, inclusive a não institucionalizada - que tipicamente marcou a caracterização do sistema racial brasileiro -, era entendida como ausência de racismo. Daí a auto-imagem tão positiva das relações raciais no país.

Com a ausência de imposições estatais como no exemplo norte-americano supracitado, é consolidada com ainda mais vigor a percepção de um ideal de integração entre as diferentes etnias presentes no território nacional, reforçando o mito da democracia racial.

Portanto, ainda de acordo com Domingues (2004, p. 276), “democracia racial, a rigor, significaria um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal e institucional para a igualdade racial, e em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação”. Esse pensamento foi consolidado e continuou sendo extremamente empregado com o início da república, já no século subsequente. Dessa forma, amparada por toda essa política informal, o Brasil dá continuidade às práticas que desenvolverão a forma de racismo manifesta ainda nos dias atuais, entendido como racismo velado, que age furtivamente no seio do corpo social (Munanga, 2004).

Contudo, apesar de toda essa idealização concebida, as desigualdades sociais exacerbadas ainda eram realidade crescente no cotidiano coletivo da nova República. Ainda que não houvesse nenhum impeditivo oficial institucionalizado ou legislado, outras maneiras

¹¹ Esse sistema segregacionista foi implementado no ano de 1877, durante o período conhecido como “reconstrução” e perdurou até 1964. O nome pejorativo do conjunto legislativo remete a um personagem interpretado pelo ator branco Thomas Dartmouth (1808-1860), que realizava peças teatrais de cunho racista.

de dificultar o acesso da população não-branca a determinados locais de exercício da cidadania e sociabilidade foram desempenhadas.

Antes de mais nada, não houve qualquer planejamento político de inserção dos ex-escravizados e seus descendentes na sociedade e na economia, de modo a integrá-los ao novo formato de trabalho livre. Pelo contrário, se empreendeu uma competição entre brancos e negros no que diz respeito ao acesso as vagas de trabalho, as quais ainda consideravam a cor como um fator significativo e eliminatório nas contratações. Outro modo de restringir a participação da população negra dos acontecimentos políticos do país foi a determinação, na mesma Constituição¹² que dizia assegurar a igualdade entre todos os indivíduos brasileiros, da obrigatoriedade de um grau de instrução educacional para compartilhar do direito de voto, condição pouco acessada pela população negra que se encontrava em sua maioria analfabeta, antes e durante o início da República no país.

Assim, através da soma de atos excludentes como esses, a estrutura se mantém desigual, mesmo sem leis discriminatórias específicas, como no exemplo estadunidense, e ratificando o domínio das elites brancas sobre as outras camadas da sociedade civil, uma vez que, como apontado por Camila dos Santos (2016, p. 7), “[...] esta ilusão de liberdade escravocrata não possibilitou a integração do negro à sociedade, sem chance, ao menos, de adquirir registro civil, título de propriedade e educação.”

Por essa razão e com o pretexto de que todos os indivíduos eram iguais e dispunham das mesmas oportunidades, proporcionada pela narrativa da democracia racial, a culpa sobre a condição social na qual o negro se encontrava, portanto, recaía individualmente sobre ele e no que concerne as consequências da sua própria conduta. Isto significa que, se o negro não ascendesse economicamente e socialmente seria por sua inabilidade de se equivar as posições ocupadas e exercidas pelos indivíduos brancos (Neves; Silva, 2019, p. 161 apud Maggie, 2006, p. 12).

Essa transferência de culpa ao indivíduo negro pela sua própria circunstância faz com que a população branca possa se isentar da responsabilidade e de qualquer obrigação que poderia ser imposta pela causa da instituição e manutenção da violenta prática de escravidão, bem como do racismo exercido por ela e demais problemas sociais, como o aumento das desigualdades, administrado por essa elite étnica e econômica. Ao mesmo tempo, o próprio Estado se abstém da incumbência de estruturar políticas de integração social dirigidas às populações não-brancas, através de práticas afirmativas que oferecessem a possibilidade do pleno exercício da sua cidadania.

¹² Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.

Outro motivo para que esse tipo de arbitrariedade fosse justificada por ser adotada para com a população negra foi a disseminação das ideologias raciais que surgem ao final do século XIX e se popularizaram no Brasil no início do novo século. Elas tinham por base, ideias do século XVIII, onde pensadores buscavam classificar os indivíduos em categorias. Em vista disso, os seres humanos foram divididos em categorias denominadas raças¹³, que ao se utilizar da cor da pele para classificação, configurou os três tipos de raças que permanecem sendo empregadas nos dias atuais: branca, amarela e negra (Munanga, 2004). Em vista disso, o conceito de raça deixa de pertencer somente ao campo biológico e é acrescentado de sentido também dos âmbitos cultural e político.

Sinteticamente, diagnósticos afirmavam que a inteligência de um indivíduo poderia ser definida de acordo com a proporção do cérebro e do crânio. Baseadas em preceitos preconceituosos, a estigma de menor inteligência recai, segundo os resultados dessas pesquisas, sobre o indivíduo negro. Quanto maior a negritude de um indivíduo, menos capaz ele seria. Em seguida, adotadas por domínios como a psicologia e a psiquiatria, as mesmas ponderações são aplicadas na argumentação de que tais características também afetariam o comportamento das pessoas (Schwarcz, 1993).

Por possuírem tal selo científico de validação, as teorias são amplamente aceitas não só no campo acadêmico como também pela sociedade geral. No Brasil, há adesão nessa convicção do racismo científico por parte das elites já durante a década de 1870, se propagando para toda a população entre os anos de 1880 a 1920 (Oliveira, 2008).

Segundo essa justificativa, portanto, o indivíduo de cor nunca conseguiria se equiparar ao indivíduo branco, visto que não seria possível alterar características que lhe foram transmitidas hereditariamente por seus ascendentes, permanecendo então em uma condição perpétua de incapacidade evolucionária e inferioridade.

Teorias racistas com o tempo começaram a defender a existência de uma hierarquia entre as raças humanas, onde a raça branca seria superior às demais. Essa situação justificaria o anseio da população branca pela dominação das outras raças.

Desse modo, diferenças de tipos físicos passaram a ser utilizadas para classificar seres humanos. Nasceu assim a fórmula básica do racismo: portadores de pele escura, os negros e os não europeus, considerados raça inferior. Portadores de pele alva, os brancos, raça superior. Estava assim “justificado” o domínio colonial e a exploração do europeu sobre os outros povos (Oliveira, 2008, p. 5 apud Bento, 2005).

¹³ Aqui eu faço uso do termo “raça” em função da utilização do termo nas teorias e no período histórico referenciado, e também em momentos de discussões no campo social, onde a expressão ainda se faz muito presente. Ao mesmo tempo, é fundamental ter a consciência de que, nos dias atuais, foi revogada pelo campo acadêmico em estudos genéticos qualquer possibilidade de existência de alguma raça, salvo a raça humana, como forma de dessemelhanças entre os indivíduos (MUNANGA, 2000).

Criou-se a alegoria de que essas pessoas comprometem o desenvolvimento nacional, sobretudo no que diz respeito ao quesito civilizatório, de modo que o país se encontrava classificado como inferior, se comparado aos países europeus, já considerados de altos padrões de desenvolvimento naquela época. Aos poucos o Brasil começou a definir algumas soluções urgentes para combater esse “mal”.

A estratégia adotada pelo Brasil se deu a partir da promoção da política do branqueamento populacional, que atuava conjuntamente com a promoção da visão de democracia racial.

Associadamente a isso, era necessário contar com algum outro recurso para resolver o problema das populações de cor que já se encontravam presentes no país. Em função disso, outra tática muito difundida foi o encorajamento à miscigenação. Essa prática, mesmo que abominada no seio das teorias racistas por interferir diretamente nas “raças puras”, foi muito entusiasmada no contexto brasileiro. Isso porque acreditava-se que, ao promover relacionamentos inter-raciais, seria possível branquear as próximas gerações, de modo que, em algum momento, a população alcançaria o ideal de tornar-se completamente branco, tornando-se uma solução efetiva a longo prazo.

Isso provocou uma ruptura na sociedade das populações de cor, visto que, quanto mais embranquecida a pessoa fosse, em questão da cor da sua pele mas também na forma de seu comportamento, mais chances ela tinha de se colocar em uma posição social intermediária. Mesmo que não fosse ainda considerada uma pessoa branca e não tivesse acesso aos mesmos privilégios, não era mais considerada uma pessoa negra, o que permitia raros casos de ascensão social. Ou seja, o branqueamento nada mais foi do que uma imposição por parte das elites brancas, com o objetivo de que o indivíduo negro renegasse qualquer conexão com sua origem e consigo mesmo, para que pudesse finalmente se enquadrar nos preceitos exigidos por essa nova sociedade.

2.3 As perspectivas acerca das condições impostas ao indivíduo negro em Lages

No Sul do Brasil, as expectativas quanto ao sucesso da política de branqueamento eram ainda mais altas. Isso devido a justificativa da “escassa” presença de descendentes de africanos, além do grande contingente imigratório que estava sendo destinado cada vez de forma mais acelerada de modo a atuar na povoação dessa região, o que aumentava as possibilidades de que a miscigenação que ocorresse fosse de maior intensidade e velocidade (Leite, 1996, p. 9).

Ao mesmo tempo, com o florescer da República e das políticas raciais e “civilizadoras” que a permeiam, uma das estratégias adotadas com mais fervor, principalmente pelo estado catarinense, foi a promoção da invisibilidade negra na região. Além das argumentações inverídicas sobre a presença diminuta da população negra em Santa Catarina contrariadas anteriormente por esse trabalho, outra forma de ocultação da presença desses indivíduos na sociedade foi posta em prática. Também como uma forma de comprovar o sucesso das práticas miscigenatórias, a categoria de cor muito utilizada como forma de diferenciação entre os grupos sociais nesse período, começa paulatinamente a ser retirada de todos os tipos de documentações, como sintetizado em determinado momento do início da presente pesquisa. Ou seja, o indivíduo negro começou a ser absorvido de modo que aos poucos fosse apagado dos registros assim como era o esperado na realidade através do avanço das políticas de embranquecimento. A dificuldade de identificar e estudar essa população através de documentos datados desse período, assim como possibilidades de estudos, podem ser encontrados ao longo de toda a obra de Frank Marcon¹⁴. Como um exemplo referente as documentações oficiais especificamente no caso de Lages, conforme apresentado em seus estudos, Marcon (2010, p. 61) destaca:

Em Lages, observamos que, em praticamente todos os registros oficiais, inclusive nos processos judiciais a partir das últimas décadas do século XIX até os anos vinte e trinta deste século, houve um progressivo desaparecimento da definição da “cor” dos indivíduos arrolados em tal documentação.

Isso comprova que as instituições administrativas do município lageano não se diferenciavam e não se isentavam das ideologias propostas e exercidas em âmbito estadual e nacional. Já a sociedade civil lageana encontrava outras formas de manifestar suas concepções acerca dos acontecimentos e suas próprias convicções. A maneira encontrada para a promoção dessas discussões foi se utilizar da funcionalidade da mídia impressa, que possuía bons níveis de circulação na época. Toda essa situação pode ser exemplificada, a partir da observação acerca de um comentário sobre a miscigenação brasileira realizado no jornal intitulado *O Imparcial*¹⁵, com sede e ponto de circulação no mesmo município mencionado, no ano de 1903:

No Brazil, os negros puros vão sendo substituídos pelos mestiços, exatamente o contrário do que se nota nos Estados Unidos. Observadores autorizados assinalam a extensão da mestiçagem brasileira, que apressa a eliminação certa da raça de cor.

¹⁴ O pesquisador elaborou a dissertação de mestrado intitulada “Visibilidade e resistência negra em Lages”, publicada como livro em 2010.

¹⁵ Essa notícia está presente na página 2 da edição nº 18 do jornal *O Imparcial* e está disponibilizada digitalmente através do site da Hemeroteca Digital Catarinense. Link para acesso: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/docmulti.aspx?bib=acervo>.

Aqui as raças como que complexam-se, concorrendo mutuamente para transformação ou substituição. Os negros pelas crenças, hábitos e princípios deixam-se absorver naturalmente. Nos Estados Unidos um abismo separa fundamentalmente as duas raças.

A esperança acerca de uma modernidade a ser concebida no Brasil e em Santa Catarina, que segundo os princípios do período deveria ser alcançada através da aproximação com os ideais de progresso e civilidade europeias, por exemplo, passa a ser depositada na mestiçagem da população. Isso porque, e como exemplificado pelo recorte jornalístico acima, a combinação sanguínea das duas raças faria com que as imperfeições apresentadas pelos indivíduos de cor fossem gradativamente corrigidas a partir do contato com o distinto “sangue branco”, apresentando o necessário e também grande avanço brasileiro no problema em contraponto a situação que se encontrava a sociedade estadunidense. É possível perceber, mais uma vez, mas agora através de um recorte de jornal lageano que explicitava o pensamento mais regionalizado, como ainda assim se fazia efetivamente muito presente a comparação entre o contexto brasileiro e a condição estadunidense de desenvolvimento nas mais diversas áreas, padrão do qual o Brasil republicano do novo século procurava se igualar.

Ao mesmo tempo, o autor do comentário evidencia seu ponto de vista, no qual o povo negro se encontraria completamente submisso às circunstâncias apresentadas nesse tempo, fazendo com que seja inconcebível a ideia de que haja algum tipo de resistência mínima promovida por parte dessas populações. Isso manifesta uma das principais bases da política de miscigenação e branqueamento incorporadas pelo imaginário popular, o qual, como apontado por Munanga (1999, p. 110) exteriorizava ser a única solução para combater o mal da raça inferior sem causar nenhum tipo de conflito violento. Entretanto, ainda que não houvesse um explícito combate direto generalizado e fisicamente violento entre todas as raças que compunham a diversidade étnica do país, isso em momento algum significou que a realidade do indivíduo negro se colocava como menos brutal e extremamente truculenta.

As informações catalogadas pelo lageano negro, Sebastião Ataíde (1988) em seu livro¹⁶, que segundo ele não havia sido feito com nenhum tipo de pretensão historiográfica senão, salvaguardar parcialmente a memória acerca da história da contribuição da população negra ao município, nos permitem compreender mais a respeito da situação suscetível em que os cidadãos negros se encontravam no pós-abolição na cidade de Lages.

¹⁶ O livro é intitulado “O negro no planalto lageano”, escrito e publicado em 1988 em comemoração ao centenário da abolição da escravidão e como forma de homenagear esse grupo social que esteve desde o início da formação do município colaborando para o seu desenvolvimento. As informações presentes na narrativa derivam de memórias, tradição oral e documentos particulares acessados por Sebastião Ataíde na época da produção do livro.

O autor em determinado momento começa a discorrer acerca de memórias pessoais e informações obtidas retratando a presença de diversos indivíduos de cor, homens e mulheres, em trabalhos remunerados diretamente relacionados ao setor público municipal (Ataíde, 1988, p. 93). Apesar de essa disposição de vagas empregatícias na administração municipal poder ser caracterizada como um avanço no debate a respeito da inserção desse grupo social no mercado de trabalho, esse cenário específico exige uma análise mais detalhada sobre as circunstâncias dessas ocupações desempenhadas.

São citados 9 nomes de trabalhadores negros da prefeitura lageana e 6 deles têm suas funções profissionais descritas em algum momento pelo escritor. Todas as atividades executadas por essas pessoas são de categoria considerada braçal, um dos encargos inclusive caracterizado como sendo reconhecidamente “a mais repugnante das funções” (Ataíde, 1988, p. 95), se referindo ao trabalho sanitário de coleta de dejetos empreendido pelo negro Laurindo Inácio Monteiro. Ainda, se utilizando das informações disponibilizadas no mesmo livro, o caso do negro Sebastião Felisbino da Rosa desperta preocupação quando descrito que o homem era conhecido por sua “deficiência da língua, não conseguia pronunciar corretamente muitas palavras, motivo pelo qual foi alvo de muitas pilherias e anedotas” (Ataíde, 1988, p. 94).

A partir dessas informações extraídas é possível propor que as profissões exercidas pelos indivíduos de cor nesse momento, no âmbito rural e também urbano, eram atividades em sua maioria braçais e que eram indispensáveis para o bom funcionamento municipal, mas que acabavam sendo menosprezadas pela sociedade, que buscava quando necessário outros serviços nos quais empregar-se, que lhes atribui conseqüentemente um maior status social. Isso porque, o analfabetismo entre pessoas negras era alto ainda no período da escravidão, situação que não se alterou rapidamente com a República. Além disso, outras formas de alfabetização da língua poderiam ser aplicadas, como através da própria oralidade, em um período em que havia uma grande profusão de línguas sendo faladas no país (Rascke, 2018, p. 46), outra situação além do analfabetismo que poderia ser uma forma de justificar o caso de Sebastião Felisbino da Rosa.

Portanto, o acesso à educação por indivíduos negros era composto por um grande número de impeditivos sociais e econômicos, como pode ser comprovada através de uma homenagem póstuma a Sebastião Ataíde (1923-2003), na oportunidade em que o autor Eráclito Pereira (2013) dedica sua obra a ele, declarando a força do negro que “foi o primeiro negro a receber um diploma de segundo grau dos educandários de Lages e o primeiro negro a ter exercido a profissão de bancário” (Pereira, 2013, p. 5). Sebastião se formou como

normalista, formação do profissional docente das séries iniciais, no ano de 1947 (Vicenzi, 2023, p. 178), cinquenta e oito anos após a proclamação da República que afirmava perspectivas iguais para todos os cidadãos brasileiros.

Em outras palavras, a ascensão de indivíduos de cor na sociedade lageana não era inatingível, até mesmo por fatores ligados ao próprio funcionamento das políticas de branqueamento como forma de controle sobre possíveis movimentos de revolta dessas minorias. Por outro lado, as circunstâncias de acesso ao exercício da cidadania, através de educação e condições básicas de vida e trabalho, por exemplo, que deveriam ser ofertadas pelo poder público não eram promovidas de forma igualitária. É inegável a presença do fator discriminatório racial quando da distribuição de oportunidades para a população, perpetuando as condições de desigualdade social e racial existentes e contribuindo na amplificação dos estereótipos negativos de inferiorização da população de cor.

2.4 A resistência negra lageana a partir do Clube Cívico Cruz e Souza

Mesmo vivendo em condições desfavoráveis na ‘Europa incrustada no Brasil’, os afro-catarinenses não capitularam e procuraram elaborar e reelaborar seus próprios mecanismos de sociabilidade, política, cultura e lazer, a partir de distintas racionalidades, lógicas e possibilidades (Domingues, 2011, p. 131).

São nessas condições e em busca da promoção autônoma dessas práticas evidenciadas por esse autor que, em 22 de setembro de 1918, um grupo de homens negros instituem o Centro Cívico Cruz¹⁷ e Souza, na cidade de Lages, sendo considerada por alguns pesquisadores como a terceira sociedade negra catarinense¹⁸.

João da Cruz e Sousa foi o patrono escolhido para representar o clube. João nasceu em 1861 em Nossa Senhora do Desterro, filho de pais negros escravizados alforriados. João estudou desde muito cedo e demonstrou interesse e talento na área literária, produzindo versos e poemas ainda na infância. Ligado à causa abolicionista, João sempre lutou contra a escravidão e o racismo e isso se fez presente em algumas de suas obras, como no poema Livre (1905). Suas obras mais importantes são o livro de Missal (1893), primeiro livro de poemas em prosa da literatura brasileira, e o livro de poemas intitulado Broquéis (1893). Conhecido

¹⁷ A hipótese que se tem sobre a nomenclatura do Centro Cívico Cruz e Souza ter se dado diferente do sobrenome do homenageado João da Cruz e Sousa, que se escreve originalmente com a letra “s”, é que houve uma imprecisão ou desconhecimento sobre a grafia correta desse sobrenome, e, por fim, foi decidido pela utilização da letra “z” (Vicenzi, 2023, p. 88).

¹⁸ Um desses pesquisadores é Eráclito Pereira, que estudou sobre a formação do Centro Cívico e seu patrimônio imaterial e de caráter museológico em sua dissertação de mestrado para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2013.

também como “poeta negro”, se tornou o importante precursor do movimento simbolista brasileiro e, apesar de ter vivido uma vida dura por não receber o devido reconhecimento pelo seu trabalho, hoje é um dos poetas que está sendo redescoberto e que vem aos poucos “recebendo o reconhecimento que bem merece” (Gomes; Lauriano; Schwarcz; 2021, p. 289).

A agremiação foi formada a partir da necessidade observada pela própria população negra em possuir um espaço que favorecesse o exercício da sua sociabilidade por completo, visto que os mesmos encontravam-se proibidos de frequentar os espaços recreativos estruturados pela população branca, prontamente evidenciando uma convivência segregacional informal que existia nesse cenário (Pereira, 2013, p. 45). A urgência por um local também ocorria devido ao embargo na realização de reuniões e quaisquer formas de festejos em casas, se comprovando outra tentativa em impossibilitar qualquer ordenação por parte desse grupo social. A funcionalidade dos clubes sociais que surgiram no Brasil principalmente durante o período específico do pós-abolição, assim como o Cruz e Souza, portanto, era a de estruturar política e socialmente seus membros. Para além dos eventos sociais e as reuniões entre amigos, os membros, através dessa resistência contra o sistema racista presente, lutavam em prol de reivindicar seus direitos coletivos e individuais, de modo que o clube também buscava um maior aceitação desses indivíduos pela sociedade geral lagesana.

Após a escolha do patrono, os responsáveis pelo processo de fundação do Centro Cívico elaboraram um estatuto, foram presenteados pelo deputado Caetano Vieira da Costa com um hino cívico¹⁹ e marcaram a data do baile de posse e da respectiva inauguração, data oficial da criação do clube já anteriormente apresentada, não coincidentemente data também do aniversário de João da Cruz e Sousa, já anteriormente identificado como patrono do Centro Cívico. No dia das festividades, ocorre a posse da primeira diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza, que segundo Sebastião Ataíde (1988, p. 74), foi composta por: Joaquim Pinto de Oliveira (presidente); Alípio Cruz (vice-presidente); Paulino Saldanha do Amaral (primeiro secretário); João Maria da Rosa (segundo secretário); Saturnino do Pilar (tesoureiro); e Marciano Pereira Gomes (orador);

Figura 1: Foto da primeira diretoria do Centro Cívico Cruz e Souza, de 1918.

¹⁹ Ver imagem na página 60.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

Em notícia publicada no jornal *A Metralhadora* (1918, p. 2), é possível identificar que os discursos da noite permaneceram sob o encargo do presidente Joaquim Pinto de Oliveira, do senador coronel Vidal Ramos e dos colaboradores Vicente Menezes, Paulino Saldanha do Amaral e Jucundino Godinho. Ao longo de toda a narração é destacado sobre a admirável organização do baile que se encontrava com “o recinto daquela casa, regurgitando de exmas. famílias” (*A Metralhadora*, 1918, p. 2)²⁰. Além disso, é informado também acerca da presença da orquestra “Amadores da Arte”, que conduziu com boa música os momentos destinados ao entretenimento. Em conclusão, a direção do jornal agradeceu pela honra do convite recebido para partilhar do momento em que “revestiu-se de grande brilho a festa inaugural do Centro Cívico Cruz e Souza, levada a efeito no Teatro Municipal” (*A Metralhadora*, 1918, p. 2), desejando votos de prosperidade para a instituição.

Esse espaço criado é responsável por promover uma afirmação acerca da identidade afrodescendente desses lageanos, tornando-se um local sujeito a memória mas também de resistência perante o sistema que trabalhava em desfavor a essa população. Isso porque, para além de uma associação e união dos negros, esses locais promoviam desde festas tradicionais e integrações que buscavam ampliar a sociabilidade dos seus membros, até mesmo a promoção de práticas de ensino educacional não-formal e a alfabetização de seus membros, que não possuíam acesso descomplicado ao sistema educacional proposto pelo município. A

²⁰ O referencial disposto é respectivo à edição de número 7 do ano 1 do periódico “*A Metralhadora*”. A edição se encontra fisicamente no Museu Histórico Thiago de Castro, de Lages, e foi disponibilizado digitalmente para a realização dessa pesquisa.

corroboração dessa indicação acerca da educação pode ser consolidada no testemunho obtido da professora lageana Odete, entrevistada por Pereira (2013, p. 47) que enfatiza:

O “CS” construiu uma relação muito boa, muito bonita! Onde de primeiro, a gente percebia que a escola não tinha uma função muito grande em relação à comunidade negra. A escola era uma coisa mais distante, as pessoas frequentavam muito pouco a escola. As moças iam na escola naquele tempo até a quarta série, como se dizia. Umas chegavam muito assim que era novidade, que era de ficar, né, “ah, a filha do fulano terminou o normal”. Normalista, que era o ensino médio, que hoje é o magistério. A minha irmã mais velha era Normalista. Então quem que fazia toda a dinâmica do conhecimento? Era o “Cruz e Souza”! Apesar de não ter ninguém lá, professor dando aula, mas passava por ali o conhecimento, através da oralidade... Da conversa informal, de sentar para organizar a festa.

Nesse sentido, para além de encorajar a sociabilidade de seus membros, a educação também era uma prioridade nas atividades propostas pelo Centro Cívico, que enxergava na educação as possibilidades de uma ascensão social para seus componentes (Rosa, 2017, p. 232).

A organização desses indivíduos negros, porém, não se iniciou juntamente a fundação deste clube social. A luta pelo seu reconhecimento e a busca por direitos básicos se inicia ainda anteriormente à proclamação da República, enquanto que grandes mobilizações negras especificamente nessa cidade, já no período republicano, podem ser percebidas publicamente muitos anos antes a fundação do clube, como retratado em uma notícia publicada no jornal *O Clarim*²¹, no ano de 1908:

No dia 13 de maio um grupo de pretos, acompanhados de uma grande massa popular, percorreu as ruas desta cidade, festejando esse dia comemorativo de sua liberdade. Levando à frente uma banda musical, começou a dar expansão ao seu justo entusiasmo, na rua Deodoro, de onde saíram, percorrendo todas as ruas em repetidos vivas ao 13 de maio, à República, ao povo lageano.

A comemoração em questão se dá em detrimento dos 20 anos da assinatura da Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, resultado de muitas lutas individuais e coletivas do povo negro, a qual oficializou o encerramento da instituição da escravidão no país. A coletividade negra de Lages visibilizou momentos simbólicos referentes ao 13 de maio, ao transitar pelas ruas centrais da cidade guiado por uma banda, que confere um grau festivo a toda a passeata, em busca de uma real inserção na sociedade lageana. O objetivo momentâneo foi alcançado, uma vez que um jornal de relevante circulação no município, como *O Clarim*, noticiou a proeminência do acontecimento. A posteriori, essa sequência de ações onde o indivíduo negro declara que se percebe ainda como classificado divergente em face dessa

²¹ Essa notícia foi acessada a partir do trabalho de pesquisa de Frank Marcon intitulado “Visibilidade e resistência negra em Lages” (2010, p. 102). Apesar de essa notícia não estar disponível no formato digital, existem outras edições do jornal *O Clarim* que estão disponíveis e podem ser acessadas no site da Hemeroteca Digital Catarinense através do link: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/docmulti.aspx?bib=acervo>.

sociedade, resulta no surgimento de um Centro Cívico que procura fortalecer ainda mais seu autorreconhecimento quanto a sua negritude e o aproximar das raízes de sua origem e história que devem ser lembradas. Em concordância com o que salienta Marcon (2010, p. 21),

[...] o Centro Cívico Cruz e Souza tornou-se o espaço específico onde o negro passou a exercer alguns aspectos de sua sociabilidade, reconhecendo a sua ascendência africana e escrava e, portanto, a diferença ante uma suposta identidade nacional homogênea, que o incluía no discurso e o excluía ao exercício prático da cidadania.

Assim sendo, a fundação do Centro Cívico Cruz e Souza é uma grande conquista do e para o povo negro deste município e arredores, que se desenvolveu cada vez mais e de diversas formas ao longo dos anos.

Inicialmente, o clube não possuía nenhuma sede efetiva para a realização de seus encontros. À vista disso, provisoriamente, “as primeiras reuniões eram realizadas no edifício onde estava situada a Escola Noturna dos Amadores da Arte e os primeiros grandes bailes ocorreram no Teatro Municipal” (Pereira, 2013, p. 53). Mais tarde, as atividades tiveram continuidade em uma casa localizada na Rua Hercílio Luz, até meados do ano de 1934 (Ataíde, 1988, p. 74). Devido a necessidade de desocupação do local por circunstâncias não relatadas, as reuniões são transferidas para a sede do Clube Cravo Preto, outra agremiação recreativa do município, e também para o antigo prédio do Cine Municipal (Ataíde, 1988, p. 74). Em 1938, o Centro Cívico obteve oficialmente um terreno próximo a Praça Siqueira Campos, no centro da cidade, que já lhes era prometido há mais de uma década. No mesmo ano, é inaugurada a sede definitiva do clube. A conquista perpassa principalmente a dedicação e as movimentações realizadas sob a liderança de Henrique Valadares da Silva, conhecido por seu apelido como “O Baiano”, que buscou nos indivíduos de grande influência no município, o reconhecimento pela dívida que toda a sociedade branca possuía com os indivíduos negros, em consequência dos anos, não muito distantes, de escravidão (Pereira, 2013, p. 54).

Figura 2: Foto de Henrique Valadares da Silva, “O Baiano”.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

Apesar de todas as alterações urbanas que ocorrem no município de Lages com o passar dos anos, com o aumento da população e os processos de modernização, até os dias atuais a sede do Centro Cívico Cruz e Souza permanece nessa mesma localidade central, sendo ela a Rua Praça Siqueira Campos, identificado pelo letreiro com o nome do clube e as cores verde e branco, cores essas escolhidas desde o início para representar o clube, decorando as paredes do prédio.

Figura 3: Foto do exterior da sede do Centro Cívico Cruz e Souza.



Fonte: Ana Cristina Kunz, 12/2023.

Figura 4: Letreiro identificando a sede do Centro Cívico Cruz e Souza.



Fonte: Ana Cristina Kunz, 12/2023.

Atualmente, o Centro Cívico Cruz e Souza mantém as suas atividades, apesar de enfrentar sérias dificuldades econômicas e também geracionais, posto que os costumes passados já não atraem mais tanto a juventude atual (Dona Joaquina apud Pereira, 2013, p. 76-77). De qualquer forma, o clube ainda possui participação social efetiva e relevante, se reinventando e promovendo ações de resguardo da memória e das tradições dos afrodescendentes no Brasil e em Santa Catarina²².

Sobre este Clube Recreativo e sua significância social e humanitária, se reforça a proposta originada por Eráclito Pereira (2013, p. 90-91):

É essencial a criação de processos sistêmicos na área da educação patrimonial que permeiem os patamares sociais, onde o diálogo entre as diversas culturas aconteça, a fim de que seja desenvolvida a prática de cidadania, pois dessa forma pode-se concluir que tanto os Museus, quanto os Clubes Negros são vínculos de expressão popular e espaços capazes de proporcionar aprendizagem interdisciplinar.

²² Os registros das atividades realizadas recentemente, bem como demais informações acerca do clube social, podem ser encontrados na página do facebook do Centro Cívico Cruz e Souza, no link: https://www.facebook.com/clubecruzesouzalages?locale=ms_MY.

Apesar dessa importância, não existem registros oficiais de que o clube recreativo seja um patrimônio imaterial histórico e cultural pertencente ao município de Lages ou discussões iniciais acerca dessa possibilidade. O clube atualmente precisa de mais incentivos, de modo que o mesmo continue ativo na sociedade lageana e catarinense, devido ao grande valor que as suas ações agregaram ao longo dos anos na luta contra os diversos tipos de segregação informal e as discriminações existentes.

Para além dessas circunstâncias, é um espaço histórico indispensável para a continuidade de estudos e pesquisas iniciadas recentemente e que ambicionam descobrir e enfatizar com mais afinco a história dos afrodescendentes catarinenses e seu valor imensurável na construção desse estado. Esses estudos apresentam-se conscientes ao contrariar uma narrativa única oficialmente construída, uma vez que, como exemplificado por Vicenzi (2023, p. 177), “em especial em Santa Catarina, que se constituiu pela negação e invisibilidade de negros/as e pela supervalorização de pessoas brancas, difundindo ideias de ser ‘um pedaço da Europa no Sul do Brasil’ (Leite, 1996) e associando a população negra somente a condição de escravizados”. Em outras palavras, houve a política de promoção a supervalorização das pessoas brancas e imigrantes, ao passo em que ocorre a invisibilização das histórias dos demais grupos étnicos que compõem o estado, incluindo os indivíduos negros. Essa situação é mais uma evidência do que Cida Bento (2022, n.p.) identificou como “problema nas relações entre brancos e negros” no Brasil, no livro intitulado “O Pacto da Branquitude”. Isso porque há uma:

Supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até de morte, para o outro. (Bento, 2022, n.p.)

Ou seja, os privilégios relacionados à branquitude também se fizeram extremamente presentes quando na construção de um ideal identitário catarinense. Por esse motivo, ainda nos dias atuais, o clube possui um papel fundamental na luta contra o preconceito e racismo e as desigualdades sociais perpetuadas, com a luta antirracista, através de ações afirmativas para a população negra.

Sou fruto do esforço dos negros e negras, resilientes e guerreiros, que não podem viver à margem da sociedade e merecem desfrutar dos mesmos direitos enquanto cidadãos brasileiros. (...) Hoje, sou a casa de muitos, minhas portas estão abertas a todos, negros e não-negros, axé!²³

²³ NEAB; UNIPLAC. Centro Cívico Cruz e Souza - Memórias de um Centenário. Youtube, 2018. (33 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xCLIPb1DwO4>.

3 A IMPRENSA NEGRA COMO MANIFESTO DE RESISTÊNCIA

3.1 Imprensa negra no Brasil: breve apresentação

A história da imprensa brasileira se inicia a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil, no ano de 1808. Ainda no mesmo ano dessa chegada, com o intuito de modernizar a colônia que passara a abrigar a família real, é instalada no Rio de Janeiro, capital do território naquele momento, a Imprensa Régia, responsável por produzir o primeiro jornal no Brasil, *A Gazeta Do Rio de Janeiro*.

Com o passar do tempo, a produção desse recurso informativo foi se modernizando e se popularizando, ainda que não tenha barateado de maneira considerável, mas de modo que iniciativas privadas também se envolveram nesse mercado, dando início a produção de diferentes periódicos, com a principal finalidade de obtenção de lucro, que iriam expor as crenças e convicções dos produtores e detentores desse meio de comunicação em massa.

Ainda nesse sentido, quando examinado mais a fundo é possível perceber o poder de influência que os meios de comunicação, nesse caso representado pelo jornal, detém em uma sociedade, onde diferentes perspectivas são discutidas e para além da intencionalidade informativa, são utilizados para convencer os leitores de um ponto de vista assumido pela instituição que o concebe, estruturando uma opinião pública (Teixeira; Brito; 2021, p. 102).

A partir dessa percepção, se tornam mais nítidas as disputas de narrativas que podem acontecer quando se compara diferentes jornais acerca de uma mesma conjuntura. No Brasil, um exemplo disso são as discussões relativas à temática da escravidão e assuntos correlacionados como racismo, discriminação e dificuldade de acesso a cidadania por parte do povo negro quando após a abolição.

Inicialmente, a grande maioria dos periódicos que surgiram descartavam as discussões pertinentes a respeito dessas condições enfrentadas pelos indivíduos de cor. Essa necessidade de mascarar os debates se dava primeiramente em prol da defesa do sistema escravocrata vigente e posteriormente na necessidade de reafirmar a idealização de democracia racial incorporada pelo Brasil durante o período republicano e aceito amplamente pela sociedade nacional e internacional, já discutida anteriormente, onde prevalecia a concepção de que o povo brasileiro convivia em fraternidade indiferente do seu fenótipo apresentado, reforçando o imaginário de inexistência de práticas de cunho racista no país.

Para além de ter que enfrentar o racismo e as adversidades na área social e financeira, a negação do indivíduo negro na constituição de uma memória e identidade nacional também se tornou um obstáculo a ser enfrentado, visto que as situações de invisibilidade dessa parcela da população foram estimuladas, como já mencionado, e esclarecido também por Fernando Filho (2014, p. 46):

Não há negros, ex-escravizados ou libertos nas páginas destes jornais. Estão todos inscritos na categoria ampla de “povo” que o republicanismo lançava a todos aqueles cuja agência resultou tanto da derrubada da escravidão quanto na mudança de regime. A questão do protagonismo dos africanos e seus descendentes, que com suas lutas e sua rebeldia explícita ou dissimulada, contribuíram para destruir a escravidão não aparece nessas páginas, pois não é considerado relevante.

Contrariando essas representações e procurando exteriorizar as histórias acerca da própria realidade enfrentada, surge no Brasil um tipo de imprensa realizado por indivíduos negros e que geralmente tinha como público alvo principal a própria comunidade negra. Essa variação jornalística ficou conhecida como “imprensa negra”. Esse termo foi legitimado no Brasil pelo pesquisador francês Roger Bastide, que além de sociólogo também se tornou uma grande referência na área da antropologia, e que desenvolveu diversos estudos sobre a população brasileira no século XX, sendo ele o primeiro pesquisador a se utilizar de periódicos como uma fonte de informações para estudos acadêmicos (Oliveira, 2018, p. 4).

Quanto à designação de imprensa negra empregada a essa variação jornalística, José dos Santos (2012, p. 149) aponta que a probabilidade é que tenha tido influência dos movimentos análogos que ocorriam nos Estados Unidos:

Ainda não temos na historiografia que trata dos jornais dirigidos para os negros brasileiros uma arqueologia que resgate a origem e os significados atribuídos ao longo do tempo ao termo “imprensa negra”. Isso me leva a propor que houve uma influência vinda dos Estados Unidos na definição desse termo para designar um conjunto de periódicos voltados aos problemas da população negra. Roger Bastide foi o pioneiro a sofrer essa influência da literatura norte-americana e pode ser considerado o responsável pela introdução do termo “imprensa negra” no Brasil.

Em síntese, a imprensa negra pode ser entendida como um movimento jornalístico que, no Brasil, irrompeu ainda nos tempos imperiais com a vigência do inflexível sistema escravista e se estendeu aos tempos republicanos. A intencionalidade através de suas páginas é assentar o negro em um papel de protagonista (Araújo, 2019, p. 222), de modo a desmistificar estereótipos impostos sobre o indivíduo negro. Ao mesmo tempo em que se combate (in)diretamente o racismo, a discriminação, a segregação e todas as situações que se fazem consequência desses posicionamentos preconceituosos, evidencia-se através de debates a insatisfação da população negra, refutando mais uma vez a concepção de passividade que

havia sido imposta sobre esses indivíduos. Essa foi uma das maneiras encontradas por esse grupo de pessoas para legitimar, organizar e expandir suas possibilidades de luta por liberdade, em todos os sentidos que essa palavra pode e deve representar.

No Brasil, ela emerge oficialmente a partir da criação e da publicação da primeira edição do pasquim conhecido como *O Homem de Cor*²⁴, criado por Francisco de Paulo Brito no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1833. Aproximadamente 25 anos após a concepção do primeiro jornal no país, surge, em uma tipografia particular, a primeira edição de um jornal que trata especificamente da temática racial, de modo que reivindica direitos aos indivíduos de cor previamente garantidos por lei e que estavam sendo menosprezados, como indica Valmir Araújo (2019, p. 223). O autor justifica seu ponto de vista em sua análise sobre um trecho dessa primeira edição do periódico, em que segundo ele: “é possível destacar a reivindicação para a superação da ideologia racista, que impedia ‘homens de cor’ mesmo ‘livres’, de assumir um cargo público, destacando o que já estava previsto na constituição²⁵”. Incentivados também, mas não somente, pelo pioneirismo proporcionado por esse periódico, muitas outras gazetas despontam em seguida apresentando características próprias enquanto abordam e enfrentam de diversas maneiras essas questões desafiadoras presentes na história e na vivência dos indivíduos de cor.

Apesar de vários dos principais estudiosos da história do jornalismo no Brasil claramente não mencionarem essa vertente jornalística que amplamente se difundiu e que podem ser encontrados resquícios de sua presença em diversas localidades do país a partir desse período, esse formato de jornalismo possui um profundo e complexo valor social e histórico a ser considerado.

Esse formato de manifestação se tornou cada vez mais comum, curiosamente, em uma realidade em que as taxas de analfabetismo entre a população negra se apresentavam em níveis extremamente elevados, indiferentemente se analisada a população que se encontrava cativa ou se observado os sujeitos que se encontravam em situação de liberdade.

Outra característica significativa a respeito dessa produção diz respeito ao período histórico de seu surgimento e de subsequente expansão. Convencidos da urgente necessidade de demonstrar seu descontentamento e escancarar os protestos contra o sistema escravocrata ainda vigente, e com o ideal de liberdade para todas as pessoas em seu horizonte, diversos indivíduos negros encontram uma possibilidade de solução no jornalismo. Em um tempo onde

²⁴ A primeira edição do periódico mencionado pode ser encontrado no acervo da Biblioteca Nacional, que o disponibilizou no formato online no site: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

²⁵ Nessa situação específica, o autor se refere ao artigo 179 da Constituição de 1824.

sequer eram considerados iguais pela maioria da sociedade, demonstram tamanha firmeza e resiliência ao encontrar diversas alternativas para promover suas lutas. Mais tarde, durante a fase inicial republicana, permanecem firmes relatando os novos problemas que surgiram relacionados a questões em que procedia o impedimento do exercício de sua cidadania plena e de seus direitos civis, ademais de sua participação na sociedade ser invisibilizada, mesmo que assegurados pela recém elaborada Constituição Republicana.

A imprensa negra brasileira, além de construir um noticiário crítico sobre a condição cidadã do negro no Brasil, expondo os processos discriminatórios e as violências a que essa população é submetida, tem buscado contribuir com o processo de conscientização da importância de valorização da negritude e a discussão da questão da cidadania negra no Brasil (Araújo; Peruzzo; 2021, p. 230).

Dessa forma, a imprensa negra é um grande conglomerado de manifestações que reúne a luta desses indivíduos em mais um segmento da vida pública, que serve para dar maior visibilidade e ampliar as discussões sobre suas causas e interesses, bem como organizar a própria comunidade negra em favor de uma resistência e na reafirmação de sua identidade e de seus direitos individuais e coletivos. Atualmente, as pesquisas no campo da história se ampliaram e buscam construir narrativas para além das versões oficiais constituídas ao longo dos últimos anos, sendo esses primeiros escritos importantes fontes investigativas para se permitir perceber a História a partir de novas interpretações, já que “vários jornais negros foram criados pela própria negritude contribuindo assim para o que podemos denominar sobre memória coletiva da negritude, sobre seu passado para compreender as lutas e seu papel no contexto atual” (Araujo, 2019, p. 226).

Entretanto, os periódicos desse tipo de imprensa dificilmente conseguiam manter uma sequência relativamente duradoura de edições publicadas nesse período. A maioria desses jornais eram realizados em tipografias de particulares que possuíam dificuldades financeiras em manter as tiragens devido ao alto custo de produção. Portanto, principalmente por causa desse fator econômico, os jornais se encerravam com poucas edições, fato que não diminui a expressão difundida por esses periódicos, apresentando mais um fator com o qual a população negra também deveria inevitavelmente concorrer.

3.2 Panorama paradigmático na conexão entre a imprensa negra e os clubes sociais e recreativos, a partir dos casos do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e do Clube Literário e Recreativo Castro Alves

Por tratar regularmente das condições desfavoráveis enfrentadas pela população negra, mesmo com dificuldades a imprensa negra se manteve e posteriormente se expandiu, expondo uma realidade que se apresentava comum aos negros brasileiros, manifestando-se também em localidades e cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos brasileiros de referência para a época, principalmente após a abolição da escravidão e no início do período republicano no país.

Em Santa Catarina, apesar de ser comum encontrar jornais que precederam a abolição e estiveram presentes na fase inicial da República, os quais externam brevemente algumas situações relacionadas à conjuntura na qual a população negra se encontra, é necessário compreender que o contexto relacionado à comunicação não se distanciava muito do que era apresentado em outras localidades do país. A interpretação jornalística ainda partia da pequena parcela da elite branca e letrada que detinha os meios de comunicação e o prestígio social para administrar as informações e opiniões difundidas para a sociedade, que não se apresentavam isentas de preconceitos e influências ao qual o autor estava submetido devido ao contexto no qual ele estava inserido e já foi previamente observado.

O indivíduo negro, e portanto também essa comunidade, só assume realmente o papel de protagonista de uma narrativa própria dentro desse espaço comum da comunicação quando ele mesmo o realiza. No estado, esse cenário irá se materializar principalmente quando a imprensa negra é associada aos clubes recreativos e sociais negros, devido a necessidade urgente com a qual os clubes encaravam a alfabetização de seus membros e originavam inúmeros incentivos para a solução desse carecimento, para assim poder alcançar direitos básicos que lhes eram negados, situação destacada por Araújo e Peruzzo (2021, p. 230):

A correlação da imprensa negra com as organizações civis do movimento negro é outra característica dos jornais negros brasileiros. Muitos desses meios de comunicação foram criados a partir de organizações negras, o que contribui para a compreensão de uma aproximação entre as pautas da imprensa negra e os posicionamentos da negritude segundo a perspectiva dos movimentos sociais pelo reconhecimento de direitos.

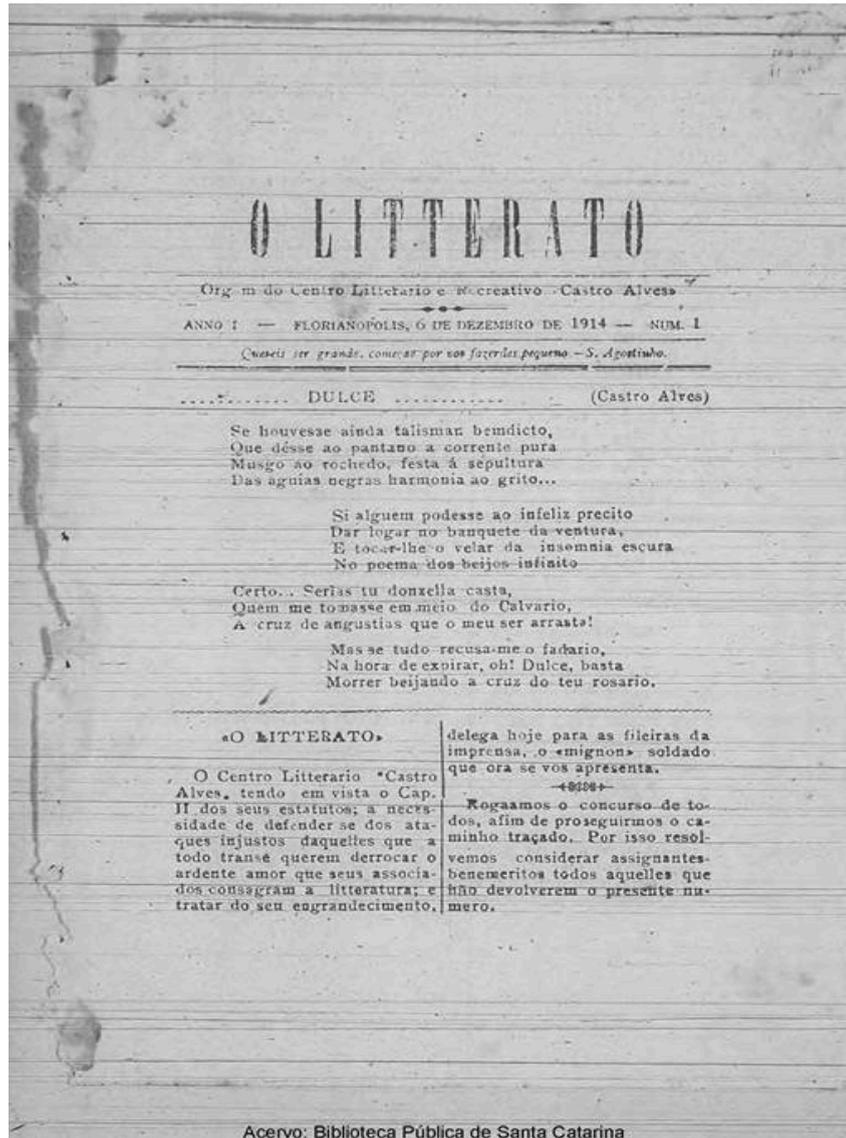
Alguns clubes tentaram, e conseguiram mesmo que com dificuldades, encontrar espaços para si dentro da própria imprensa tradicional, como é o caso do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux de Florianópolis, que “elaborou, registrou em cartório e publicou nos jornais da cidade seu estatuto, demonstrando a adoção das práticas formais relacionadas ao aparato administrativo e político” (Teixeira, 2020, p. 78), se referindo a publicação feita no ano de 1921, mesmo ano de fundação do clube.

Ao mesmo tempo, porém, havia os clubes sociais negros que consideraram necessário empreender seus próprios periódicos. De modo geral, o objetivo é centralizado em disseminar notícias mais regionalizadas e preferencialmente acerca dos interesses da comunidade negra que ainda é majoritariamente menosprezada pela imprensa tradicional, assim como o objetivo de noticiar também acerca de comunicados e acontecimentos coordenados pelo próprio clube. Paralelamente, se ambicionava aparecer mais no cenário local, com a ideia de consequentemente atingir potenciais novos membros, além de geralmente incentivar a educação, cultura e entretenimento de seus membros através das páginas dos jornais.

Um exemplo que pode consolidar esse cenário é a criação do Clube Literário e Recreativo Castro Alves, de Florianópolis, em 1914. Ainda no mesmo ano, o clube originou um periódico próprio e oficial, intitulado “O Literato”. Atualmente existe apenas uma única edição disponibilizada em formato digital pela Biblioteca Pública de Santa Catarina referente a esse jornal²⁶. O Clube Castro Alves não pode ser considerado um clube exclusivamente composto por indivíduos negros, porém, alguns dos intelectuais que estiveram por trás da sua criação, e também participaram no processo de produção do periódico impresso eram intelectuais de cor, aspecto que agrega ao caracterizá-lo em uma categoria de imprensa negra (Rascke, 2018, p. 47).

Figura 5: Primeira página da edição n. 1 do jornal “O literato”.

²⁶ O periódico pode ser encontrado no acervo da Hemeroteca Catarinense, através do link: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>.



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em:

<https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=888940&hf=hemeroteca.ciasc.sc.gov.br&agfis=1>.

Um dos presidentes e organizadores do jornal é Trajano Margarida (1889-1946), jornalista e literário de origem africana que é reconhecido por abordar em suas obras temas referentes aos indivíduos marginalizados da sociedade, bem como discorrer criticamente acerca do processo abolicionista no país. Depois desse projeto, participou de outras fundações literárias e clubes recreativos, como o próprio Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, já anteriormente mencionado, um espaço declaradamente criado apenas para os indivíduos de cor da região (Pereira, 2001, p. 14 apud Rascke, 2018, p. 48). Trajano é mais uma representação de inúmeras pessoas negras que acessaram a educação em Santa Catarina, e que além de conseguir sustento a partir da sua arte escrita, pode se destacar na mídia impressa e na sociedade, participando ativamente de um movimento legítimo de resistência negro.

Retomando acerca do noticiário, as matérias presentes no periódico possuem caráter educacional e cultural, incentivando a leitura e literatura através de diversos formatos de textos, como poesias e crônicas, elaboradas por artistas renomados como o próprio Castro Alves ou artistas locais. Para além dessa característica central, sendo inclusive um dos propósitos do clube, o jornal também era utilizado para poucos recados habituais e algumas reportagens como a que está sob a designação “palestrando”, que agracia o grupo de jovens amantes da leitura que compõem o Clube Literário (O Literato, 1914, p. 3-4).

Ao que tudo indica, o periódico surge como uma forma de objeção a alguma forma de oposição enfrentada pelo Clube Literário, considerando a manifestação escrita já na capa do periódico, que demonstra “a necessidade de defender-se dos ataques injustos daqueles que a todo transe querem derrotar o ardente amor que seus associados consagram a literatura” (O Literato, 1914, p. 1).

Apesar de anunciado no jornal acerca de próximas publicações, de modo que “a publicação do nosso órgão será feita quinzenalmente” (O Literato, 1914, p. 2), onde também se registra que os pagamentos pelos assinantes seriam realizados mensalmente, até o momento, não são conhecidas outras edições desse jornal ou os motivos da interrupção de suas impressões. Constatando que Trajano Margarida, um dos fundadores do clube e do periódico, é identificado como presidente do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux já em 1921, é possível supor que não houveram mais publicações do periódico pois o clube enfrentava dificuldades em prosseguir com suas atividades, assim como era possivelmente confrontado de alguma maneira na qual o periódico não nos indica claramente para uma melhor compreensão do contexto vivido.

O Literato é um evidente modelo de como a imprensa negra se fez presente no estado, exemplificando tipos e formatos de conteúdos, além de alguns de seus objetivos que podem ser observados sendo abordados implicitamente pela mesma. Por outro lado, sua brusca interrupção também é uma amostra silenciosa da específica forma de privação enfrentada pela comunidade negra nesse aspecto, seja por motivos econômicos ou impeditivos sociais, todos impostos arbitrariamente.

A dificuldade em se trabalhar com a imprensa negra em Santa Catarina atualmente, portanto, decorre de um grande inconveniente relacionado à falta de acesso às fontes jornalísticas do período subsequente à abolição (Rascke, 2018, p. 40). Assim como no restante do país, as dificuldades econômicas provenientes das desigualdades sociais também se faziam presente entre os indivíduos de cor catarinenses, o que significa que mesmo os centros cívicos possuindo uma quantia relevante de componentes, apenas uma pequena

parcela dos membros e simpatizantes desses clubes poderiam investir em gastos secundários como jornais. Por isso, é possível propor que as edições fossem produzidas em menor quantidade para não haver prejuízo, dado que a maior parte das tipografias se mantinha a partir dessa renda obtida com as vendas do próprio periódico, e se encerravam com poucas publicações, o que dificulta cada vez mais a obtenção para análise dessas fontes.

Apesar disso, visto o que já se conhece até o presente momento acerca da temática através dos estudos acadêmicos realizados até então, é inconcebível negar a relevância da presença desses periódicos e a influência que os mesmos possuíram na dinâmica social regional, demonstrando a expressividade da resistência negra consumada também dentro desse território.

Essas mobilizações, no entanto, não se restringiram à capital e aos grandes centros litorâneos. Em 1919, surge na cidade interiorana de Lages um periódico desenvolvido de modo independente pelos membros do Centro Cívico Cruz e Souza, o qual demanda uma análise detalhada das suas edições devido à relevância do fato e da fonte localizada.

3.3 Recontro e evidência, memória e resistência: o periódico “Cruz e Souza”

Quando em agosto de 1919, editou-se pela primeira vez o jornal do Centro Cívico, ao qual denominou-se “Cruz e Souza”, pode-se inferir que os membros do Centro Cívico estavam a tentar ocupar um espaço que deveria ter feito parte do “pacote de liberdade” oferecido pela abolição da escravatura. Mas se não o fez, foi porque a abolição foi feita sobre as bases de um pensamento racista que considerava o negro inapto a participar da construção da nação, como um cidadão incluído e participante (Branco, 2002, p. 61).

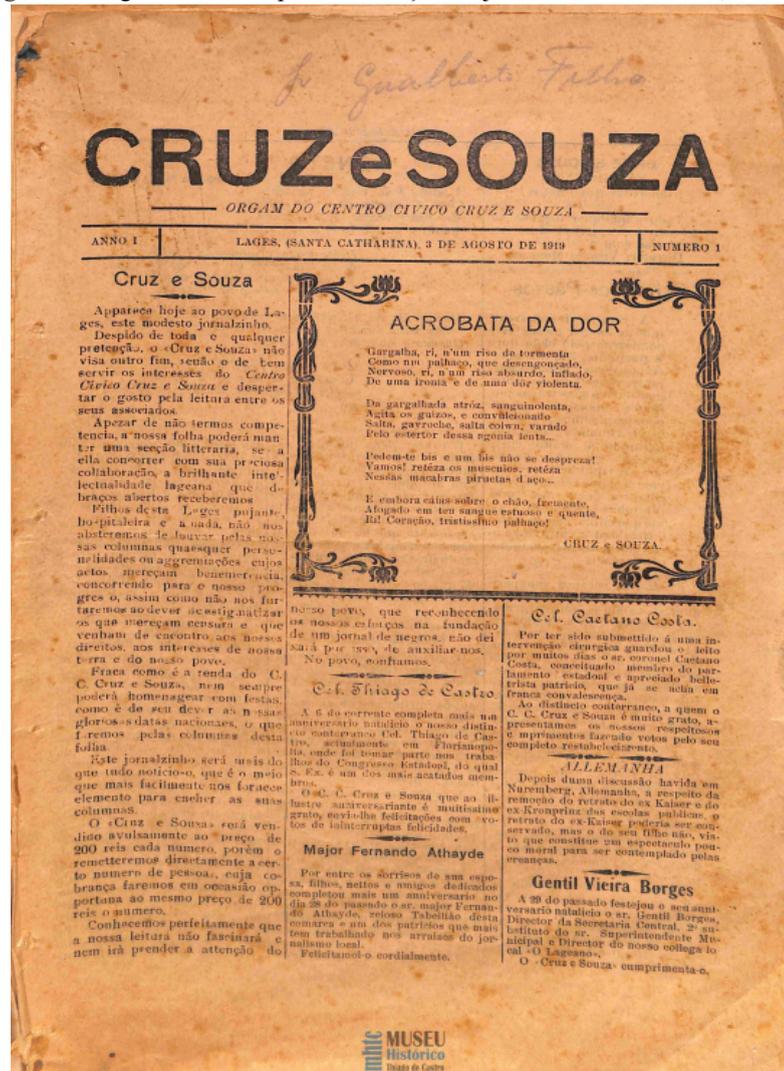
Este jornal sobrevém com o propósito de demonstrar publicamente a civilidade dos associados e a responsabilidade do Centro Cívico neste trabalho, pretendendo acentuar o respeito da sociedade perante esses membros, além do desejo de expandir o alcance do próprio clube. Diante disso, é idealizado por alguns dos sócios²⁷, com o auxílio do jornalista Vicente Cassuly de Menezes, e posteriormente publicado, em agosto do ano de 1919, a primeira edição do jornal intitulado “Cruz e Souza” - Órgão do Centro Cívico Cruz e Souza.

Aparece hoje ao povo de Lages, este modesto jornalzinho. Despido de toda e qualquer pretensão, O Cruz e Souza não visa outro fim, senão o de bem servir os interesses do Centro Cívico Cruz e Souza e despertar o gosto pela leitura entre os seus associados. (Cruz e Souza, 1919, p. 1)

²⁷ Os sócios que trabalharam para a criação e continuidade do jornal, até o momento continuam desconhecidos, visto que o jornal só dispõe de uma menção, em determinado momento, sobre seu diretor, Vicente Cassuly de Menezes.

Antes de tudo é preciso compreender que a análise de “práticas e resistências dessas populações em registros de imprensa, com peculiaridades, linguagem constitutiva do social, demandam análise de acordo com a historicidade na qual foram produzidos” (Rascke, p. 41), por forma que a observação desempenhada a seguir considerará esses critérios, constantemente respeitando o contexto histórico onde se realiza a confecção do presente periódico.

Figura 6: Página inicial da primeira edição do jornal “Cruz e Souza”, de 1919.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

O surgimento do periódico se dá através da necessidade da população negra também se sentir representada de alguma forma na mídia impressa, escancarando ainda mais a marginalização sofrida em todos os âmbitos da vida social, em um período, como observado, em que a chamada imprensa negra já se manifestava em território catarinense, ligada ou não a centros recreativos (Rascke, 2018).

As similaridades em periódicos da imprensa negra são perceptíveis quando postos lado a lado para uma análise comparada. Se utilizando do periódico O Literato, por exemplo, que está apontado na figura 5 e o jornal Cruz e Souza, ilustrado na Figura 6 acima, é possível apontar breves semelhanças em suas estruturas e também em sua essência.

Inicialmente, os jornais são batizados com duas personalidades negras importantes para o cenário literário nacional, sendo eles dois poetas que tratam acerca de temas relacionados à negritude, cada um de acordo com seu contexto e regionalidade. Desse modo, é resguardada a memória acerca desses significativos indivíduos, além de se utilizarem deles e de suas histórias individuais para trabalhar e amparar a autoestima da população negra em seus próprios Centros Cívicos.

Verificando rapidamente as páginas iniciais apresentadas pelos dois jornais, é visível as similaridades na formatação do conteúdo e nos assuntos abordados. Os dois periódicos salientam sua conexão com Centros Cívicos negros, contam inclusive com informações acerca do Centro e sobre como se dará o funcionamento do jornal derivado dele, assim como outras informações básicas e a presença marcante da literatura negra que aparece através de poemas evidenciados já na página inicial. Desta forma, ocorre a expansão de suas formas de resistência para os domínios da imprensa escrita, abrangendo novas áreas anteriormente ocupadas apenas pelas elites brancas.

Apesar de categorizados com funcionamento e intenções diferentes, sendo o Cruz e Souza principalmente noticioso e O Literato um jornal literário, está explícito que a educação dos membros são uma prioridade para esses dois Centros Cívicos, condição que se confirma com a criação dos jornais. Para além de uma leitura comum realizada a partir de um noticiário, estes dois contam com temáticas do interesse da população negra, estimulando para que sua finalidade da leitura seja atingida, além de externar o grande interesse de incentivar principalmente a cultura literária de seus membros, fazendo isso através dos poemas e contos presentes no corpo de sua redação jornalística.

Por fim, os dois jornais são reconhecidamente pertencentes a categoria jornalística conhecida como imprensa negra, assim como seus Centros Cívicos respectivos são notadamente formados para seus membros negros. Mas, é importante salientar que, apesar disso, houve uma pequena parcela de indivíduos brancos que, reconhecendo sua posição privilegiada, auxiliaram esses indivíduos organizados em instituições, cada uma a seu modo, para que sua influência nessas sociedades se expandisse e houvesse o seu reconhecimento, em questão de presença e também de importância social.

Retornando a análise exclusiva do jornal Cruz e Souza, uma efêmera explicação sobre o modo de funcionamento do periódico em análise está destacado na página inicial, onde os redatores apontam que o jornal será “mais do que tudo noticioso, que é o meio que mais facilmente nos fornece elemento para encher as suas colunas” (Cruz e Souza, 1919, p. 1)²⁸. Investigando sobre as datas de publicação de todas as edições disponíveis é possível identificar uma estratégia padrão na qual a intenção é que fossem publicados inicialmente dois números a cada mês²⁹, onde uma edição sairia no início do mês, enquanto que a segunda seria lançada ao final do mês corrente. A assinatura poderia ser comprada completa pelo valor de 1.000 réis, ou cada edição avulsa poderia ser vendida pela quantia de 200 réis cada.

Há padrões nas informações das edições pesquisadas. A folha de rosto do periódico sempre conta com a presença destacada de uma obra escrita por Cruz e Sousa, como o soneto “Acrobata da dor”³⁰ citado acima na Figura 6, esclarecida como indispensável pelo escritor de uma das matérias de apresentação, que aponta o objetivo de que:

[...] traz como título, o nome ilustre de um dos primeiros vultos da raça negra, filho amantíssimo de nossa mãe Pátria, e que muito soube honrá-la. Assim também devemos contribuir para continuarmos a honrar o seu imortal e excelso nome. (Cruz e Souza, 1919, p. 2)³¹

Além da memória dessa personalidade negra de relevância nacional a ser preservada, os poemas ainda possuem a funcionalidade de provocar o gosto pela leitura e pela literatura nos sócios e quaisquer outros indivíduos que dispusessem do acesso ao periódico. Em consequência desse propósito, crônicas e poemas de outros autores e autoras também se encontravam dispostos ao longo das páginas do periódico.

Outro incentivo impulsionado por reportagens recorrentes no jornal refere-se ao setor cultural do município. Em 1919, Lages já contava com a instalação de um cinema nas dependências do município, gerenciado pela empresa Busch. Por essa razão, o jornal divulgava esclarecimentos acerca das obras que estariam em cartaz em determinado momento, estimulando que seus membros realizassem também atividades de caráter cultural. Outras ações culturais estão relacionadas com a promoção e divulgação de bailes e

²⁸ O exemplar referenciado é respectivo à primeira edição do periódico “Cruz e Souza”, que dispõe de um total de cinco edições.

²⁹ Houve duas publicações no mês de agosto, mês de lançamento do periódico, e duas publicações também no mês de setembro, permanecendo apenas a publicação de outubro como individual.

³⁰ Gargalha, ri, num riso de tormenta / Como um palhaço, que desengonçado / Nervoso, ri, num riso absurdo, inflado / De uma ironia e de uma dor violenta. // Da gargalhada atroz / sanguinolenta, / Agita os guizos, e convulsionado / Salta, gavroche, salta clown, varado / Pelo estertor dessa agonia lenta... // Pedem-te bis e um bis não se despreza! / Vamos! retesa os músculos, retesa / Nessas macabras piruetas d' aço... // E embora caias sobre o chão, fremente, / Afogado em teu sangue estuoso e quente, / Ri! Coração, tristíssimo palhaço! (SOUSA, 1893, p. irreg.).

³¹ O referencial disposto é respectivo à primeira edição do periódico “Cruz e Souza”.

festividades, ocorrendo o convite pela presença dessas pessoas para a sua participação efetiva. Desse modo, através do jornal, era estimulado que essa população negra promovesse a ocupação de lugares e atividades que acrescentassem a eles como indivíduos, como unidade e como cidadãos, atingindo locais anteriormente improváveis.

Ainda retratando sobre os informes constantes do periódico, diversos comunicados se destinavam a tratar sobre a presença ou o deslocamento temporário para outras regiões de personalidades notáveis no município. Esses cidadãos que recebiam um enfoque especial nas tiragens do jornal geralmente eram homens com a profissão de políticos, médicos, coroneis e militares, assim como seus filhos que também acabavam por ter a vida noticiada. Um desses cidadãos que recebia menções frequentes nas páginas do *Cruz e Souza* é o coronel lageano Manoel Thiago de Castro. Thiago era jornalista e advogado, exercendo temporariamente a função de promotor público, e posteriormente participou da política, tornando-se conselheiro municipal e deputado estadual por diversas vezes (Memória..., 2023). Realizada a leitura de todos os registros noticiosos apresentados, é plausível propor que Thiago de Castro tenha sido alguém obsequiador quanto a manutenção desse Centro Cívico, dado que ainda na primeira página da primeira edição recebe uma homenagem em favor de seu aniversário, onde se menciona que “O C. C. Cruz e Souza que ao ilustre aniversariante é muitíssimo grato, envia-lhe felicitações [...]” (Cruz e Souza, 1919, p. 1)³².

Ainda, sobre as seções fixas que o jornal mantém, são divulgados informativos acerca da população, à volta de situações cotidianas como nascimentos, casamentos, aniversariantes, falecimentos e os indivíduos enfermos. Para além disso, há uma seção especial intitulada “Entre Sócios”, a qual era responsável pela divulgação das mesmas notícias, com o adendo de comunicados sobre viagens e visitas dos sócios de cidades interioranas, especificamente acerca de seus membros.

Por fim, embora com objetivo majoritariamente noticioso, é possível encontrar ao longo desta e das demais edições, artigos de opinião dos redatores. No caso dessa primeira edição (03.08.1919), os assuntos possuem relação com a infraestrutura do município, sendo realizadas algumas cobranças de alterações que ainda devem ser feitas para a resolução dos problemas e também comentários sobre as mudanças que já foram executadas. Esse quadro apresenta o interesse do Centro Cívico em se envolver com assuntos alusivos à vida cotidiana de Lages, que igualmente afetam a realidade de seus associados, demonstrando uma forma de participação política incontestável encontrada por essa comunidade.

³² A informação veiculada é relativa à primeira edição do periódico “Cruz e Souza”.

Outras notícias eventuais são empreendidas, como uma na qual se aborda apressadamente sobre as eleições das diretorias dos outros centros recreativos presentes no município, sendo eles: S. Cívica Cravo Preto, Club 1º de Julho e S. M. José Brasilício, todos destinadas às pessoas brancas, evidenciando o início da interação entre os clubes, visto que o Centro Cívico Cruz e Souza agora se faz cada vez mais presente na sociedade e também na mídia impressa local, através da sua própria participação mas também em detrimento da promoção de festividades, não podendo passar mais despercebida a sua forte organização apesar do pouco tempo de criação.

Notícias a respeito da chegada de “um destacamento de praças da Força Pública para a manutenção da ordem na nossa cidade” (Cruz e Souza, 1919, p. 4)³³, que, segundo o mesmo informe, estaria prestando serviços principalmente ao fazer valer as leis que estavam sendo descumpridas através do aumento da desordem, julgada a ser desempenhada também pela própria força de segurança municipal, que estaria incumbida de reprimir tais atos.

Esses atos a serem reprimidos nada mais são do que o cumprimento prático do projeto de repressão à ociosidade, criado em 1888. Com a Lei Áurea e a libertação geral dos escravos, tornou-se uma preocupação profunda dos políticos representantes do Estado discutir sobre os modos de civilizar esses indivíduos que, segundo eles, ainda não eram suficientemente evoluídos para conviver com a sociedade. Inclusive, é indispensável recordar que o contexto vivido incluía a ascensão das teorias científicas raciais, o que amplifica ainda mais as tensões nessa sociedade, que além de estar em reformulação, já examinava com ordem de caráter prioritário soluções para embranquecer cada vez mais sua população, de modo a alcançar a civilidade e o progresso “genuínos”. Em outras palavras, desconsideram e inferiorizam as populações não-brancas e as suas contribuições à constituição do país e sua identidade.

Ademais, de modo subentendido, é possível compreender que outra preocupação da alta sociedade e que é expressa através desses políticos se dava a partir da necessidade de impelir esses indivíduos a darem continuidade aos seus trabalhos e permanecerem produzindo, sustentando assim a economia e principalmente a elite nacional. Portanto, as preocupações causadas pelo fim da instituição da escravidão no país atingiam todas as áreas, desde o setor econômico, até questões relacionadas aos âmbitos raciais e sociais.

Com isso, são implementadas as políticas de repressão à má ociosidade (Chalhoub, 2012), visto que o hábito do trabalho é estabelecido como algo dignificador do cidadão correto e de boa moral, enquanto que a ociosidade e a vadiagem podem ser um estágio preliminar da criminalidade. Resumidamente, segundo Conceição (2022, p. 232),

³³ A informação veiculada é relativa à primeira edição do periódico “Cruz e Souza”.

“observou-se que o Projeto nº 33/1888³⁴ possuía um viés de controle social e racial, visando integrar por meio do trabalho compulsório os ex-escravizados”.

Ao mesmo tempo, vícios que corrompem a integridade do homem também são combatidos. Mas, vícios esses que se encontram majoritariamente nas denominadas “classes perigosas” - leia-se: classes pobres (Chalhoub, 2012)³⁵. Esse conjunto de ações buscou, resumidamente, controlar ainda mais as populações que já viviam à margem da sociedade, de modo a impulsioná-las ao trabalho e a produtividade, agora em um trabalho de caráter “livre”, além de conter qualquer manifestação que se posicione de maneira contrária ao ideal progressista de civilização a moda europeia que se idealizava.

Como é possível interpretar, essa foi uma política de caráter nacional que possui grande êxito em sua implementação, uma vez que Lages possa vir a ser mais um exemplo de uma cidade que, mesmo localizada no interior e sul do país, afastada dos grandes centros, também houve a aplicabilidade meticulosa desses mecanismos reguladores.

Seguindo com a análise, é necessário destacar uma notícia específica para melhor compreender o contexto vivido por essa população. Ainda na página inicial desta edição (n.1, 1919), há uma sucinta notícia intitulada “Alemanha” e que apresenta as discussões ocorridas em Nuremberg, na Alemanha, acerca da retirada das imagens do ex-Kaiser e do ex-Kronprinz das paredes das escolas na região (Cruz e Souza, 1919, p. 1)³⁶. A notícia em si não transmite muitas informações substanciais mas a presença dela nesse periódico sugere que a cidade de Lages e seus conterrâneos não estavam alheios aos acontecimentos internacionais e aos eventos conectados ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, justamente pelo período enfrentado onde empenhava-se para solidificar o ideal de nação brasileira, o posicionamento e desempenhos do Brasil e aliados no conflito eram de extrema importância.

Nesse momento, o espírito nacionalista ocidental estava aflorado pelo Brasil, de modo a valorizar aspectos para além de culturais, sendo eles também geográficos e psicológicos respectivos a uma coletividade nacional (Branco, 2002, p. 57).

É portanto, a partir da percepção desse deslocamento teórico, aflorado em meio aos nacionalismos ocidentais, que o Brasil, na pretensão de se construir como uma nação forte, viável e unificada, é chamado a se regenerar e promover o branqueamento dos seus negros. Um branqueamento que para muito além da troca de pigmentação da

³⁴ O Projeto nº 33/1888 foi apresentado na Câmara dos Deputados no dia 20 de junho de 1888, pelo então Ministro da Justiça, Ferreira Viana. O projeto propunha punir através de prisão simples determinados atos, dos quais encontra-se inclusa a ociosidade/vadiagem. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2/browse?value=Brasil.+Congresso+Nacional.+C%C3%A2mara+dos+Deputados%2C+1888&type=subject>.

³⁵ Para mais informações referente aos temas mencionados, ler “Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque” do autor Sidney Chalhoub.

³⁶ *Ibidem*, p. 1.

pele, também significava a alvura da moral e do comportamento (Branco, 2002, p. 57).

A partir desse entendimento é possível perceber que a manifestação de atos e notícias patrióticas pelos indivíduos de cor e sua imprensa também se tornava essencial para a conquista de espaço e relevância no meio ao qual eles estavam inseridos, sendo esse contexto refletido de igual forma no ambiente lageano. Será possível constatar ao longo dessas edições diversos informativos que serão elaborados sob esse caráter, buscando destacar o patriotismo, civilidade e moral dos membros e do Centro, como forma de alcançar uma notável ascendência perante a sociedade.

Partindo para a segunda edição (24.08.1919), a notícia inicial diz respeito a uma convocação a ser realizada a todos os membros do Centro Cívico Cruz e Souza para participarem da votação que iria eleger uma nova chapa para a diretoria que teria vigência no período entre 1919-1920. À vista disso, é pressuposto que as eleições dos respectivos à diretoria do Centro ocorreriam anualmente³⁷.

Incorporado a isso, está o posicionamento do próprio redator, que apoia e influencia os seus leitores a votarem pela permanência da atual diretoria, que segundo ele, está desempenhando o trabalho de maneira exemplar, ao passo em que ele destaca qualidades no trabalho de alguns membros específicos dessa mesma diretoria, como o presidente Joaquim Pinto de Oliveira e o primeiro secretário Paulino Saldanha do Amaral. Para além de convencer os eleitores de realizar a manutenção da atual diretoria, o escritor incentiva os indivíduos ao ato de votar, mesmo que apenas para eleições do Centro Cívico. Essa é uma ação real, mas também simbólica, e muito representativa para o exercício da cidadania dessas pessoas, principalmente porque é vedada a alguns indivíduos no que concerne a selecionar algum político para cargos da política governamental nacional na época.

Figura 7: Segunda página da segunda edição do jornal “Cruz e Souza”, de 1919.

³⁷ As eleições ocorreram anualmente até 1953, quando alterou-se o estatuto do Centro Cívico e as eleições passaram a ser realizadas a cada dois anos, com possibilidade de reeleição do presidente (Ataide, 1988, p. 87)



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

Na Figura 7 é possível identificar aspectos anteriormente exteriorizados, como a seção “Entre Sócios”, as atualizações mais recentes sobre o paradeiro do coronel Thiago de Castro, as notícias frequentes sobre o cotidiano lageano, na imagem representados pelas informações acerca de festividades religiosas e casamentos, bem como notícias de acontecimentos esporádicos. É frequente as notícias relacionadas às festividades de caráter religioso, mas exclusivamente concernente à religião cristã, havendo distinções apenas entre rituais e festividades de suas ramificações, católica e evangélica. Assim sendo, é plausível supor que a maioria dos componentes do Centro Cívico eram crentes e praticantes da fé cristã, diferenciando-se apenas em razão da vertente religiosa adotada, visto que as notícias e informações ofertadas pelo jornal são divulgadas geralmente avaliando o grau de relevância

do fato para o prosseguimento de ações cotidianas do grupo e o interesse particular dos leitores nesse determinado assunto.

No que concerne ao informativo das atividades do próprio clube recreativo, a notícia da edição descreve o surgimento da Sociedade de Moços, com a finalidade de estreitar ainda mais os laços entre os homens que compunham. Apesar de divulgar a data e horário da primeira reunião, não há mais informações sobre como procederá os encontros e quais os demais objetivos da fundação dessa nova sociedade.

O comunicado que chama mais atenção na edição é uma nota policial, que se faz presente apenas em momentos oportunos, sobre um assassinato, em manchete de mesmo título, ocorrido em Lages no mês de agosto, onde há a morte de José Félix de Oliveira. O escritor pressupõe o conhecimento prévio das razões acerca dessa morte por parte dos próprios membros do Centro Cívico que compunham a redação do jornal, em detrimento da matéria jornalística publicada:

[...] uma improvisada lei, ordem ou coisa que o valha, completamente arbitrária, da eliminação do elemento turbulento desta cidade e pelo que ouvia-se nas esquinas, reuniões e em toda parte, já existia um lista de indivíduos que estavam sujeitos ao seu rigor. (Cruz e Souza, 1919, p. 2)³⁸

O indivíduo apontado como autor do crime é o cabo Adão, o cargo utilizado em frente ao nome, deixando implícito que o mesmo participava como membro estimado de alguma das forças militares presentes no município. Posto isso, é perceptível um posicionamento sendo tomado pelo redator da notícia, e portanto representante do Centro Cívico Cruz e Souza, frente a essa injustiça e atrocidade que veio a ocorrer na cidade de Lages. Isso porque, apesar da vítima ser considerada um “elemento turbulento” na cidade, para o Centro Cívico, que busca o respeito, civilidade e boa convivência com a sociedade geral, nada justificaria fugir para com as leis que regem a boa coexistência social e a justiça, o que implica no posicionamento vigorosamente contrário perante um crime truculento.

Adiante será reiterado ainda que “não somos refratários à justiça, tão pouco pertencemos a maloca de desordeiros, assim como não advogamos os interesses dos mesmos, somos simplesmente adeptos do Direito e da Lei (Cruz e Souza, 1919, p. 2),³⁹ o que ocasiona observar a necessidade com que o Centro Cívico e seus membros precisam reforçar constantemente a ideia de que pertencem realmente a uma sociedade civilizada e que não compactuam com as ações empreendidas por demais indivíduos negros não componentes do clube e que violam a moralidade e modernização de seu município.

³⁸ A informação veiculada é relativa à segunda edição do periódico “Cruz e Souza”.

³⁹ Ibidem, p. 2.

Acerca dessa notícia, segundo Branco (2002, p. 66):

Através dos artigos em seu jornal eles alertam para as ocorrências dessa ordem; indicam os lugares de maior incidência, e chamam à ação as autoridades responsáveis, ao mesmo tempo em que na condição de “adeptos da lei”, mostram-se fora do círculo onde se encontra o “elemento viciado e turbulento”. Enfim, portam-se como cidadãos corretos e sociais, aptos ao direito de reivindicar e participar. Um direito que todos deveriam tomar conhecimento a partir das ações da associação, e que se tornavam públicas através do seu jornal.

Em suma, buscam continuamente se manter dissociados de quaisquer situações e indivíduos que possam representar algumas das situações abominadas por essa sociedade já mencionadas anteriormente segundo o autor Sidney Chalhoub (2012, p. 79), que exemplifica descomplicadamente a situação ao afirmar que “cria-se um sistema segundo o qual o indivíduo mais bem situado na hierarquia social é sempre mais dedicado ao trabalho, mais moral e ordeiro do que o indivíduo que o precede.” Devido a isso, torna-se mais concebível a necessidade do jornal se posicionar frente ao crime ocorrido, com a intencionalidade de desvincular qualquer sugestão de grau de relação que possa existir entre o indivíduo desordeiro, o praticante do crime e o Centro Cívico.

Enquanto isso, a terceira edição (07.09.1919) do jornal é formatada para compreender notícias, festividades e homenagens voltadas ao dia 7 de setembro de 1919, dia comemorativo respectivo à celebração da Independência do Brasil (07.09.1822).

Figura 8: Página inicial da terceira edição com destaque para o dia da independência. Jornal “Cruz e Souza”, de 1919.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

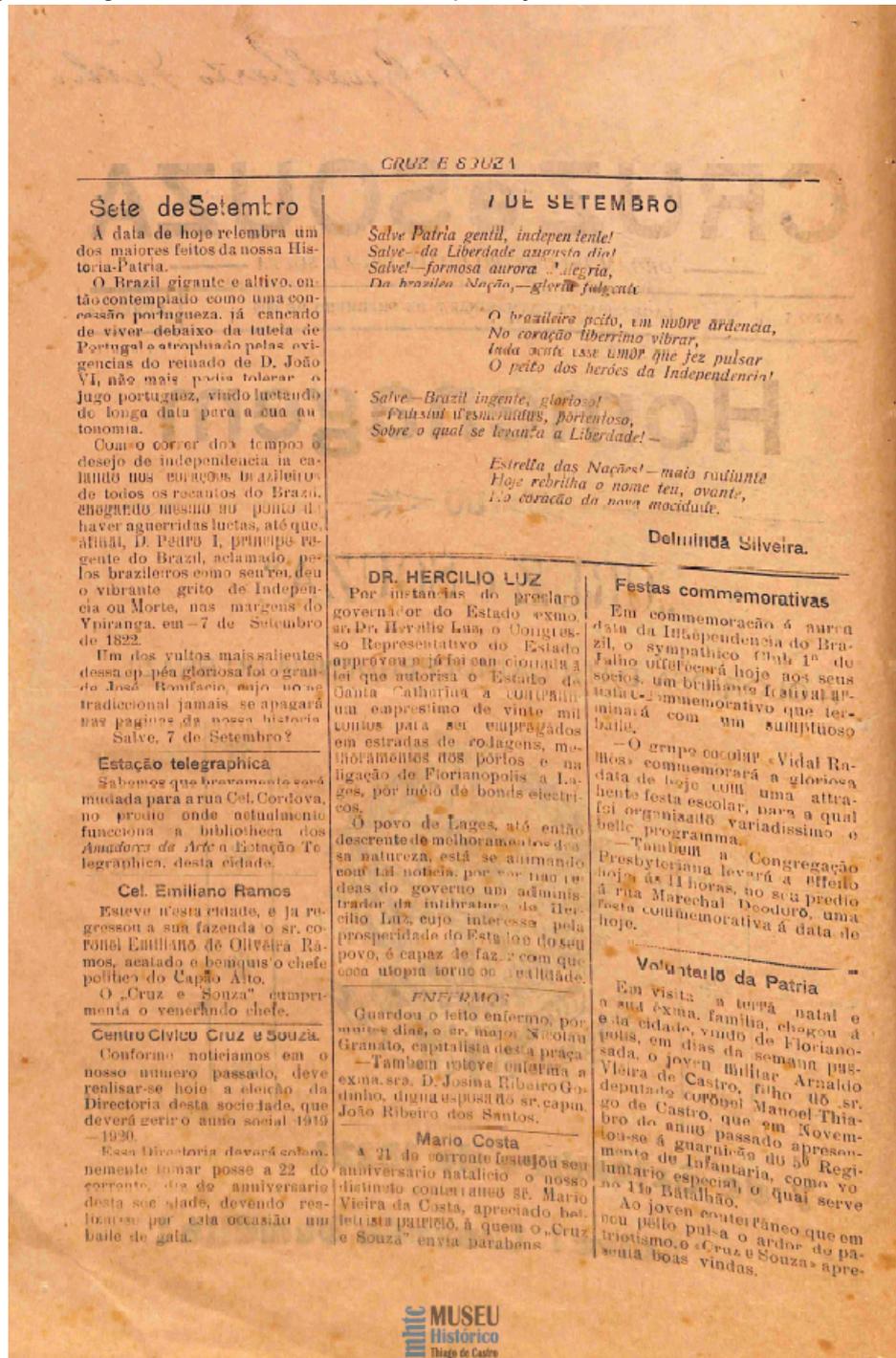
Especificamente acerca dessa data comemorativa se encontram narrativas sobre o acontecimento, assim como um poema escrito por Delminda Silveira⁴⁰ e intitulado “7 de Setembro”⁴¹, dedicado ao momento histórico. Avisos sobre festividades que seriam promovidas por instituições como os clubes recreativos, escolas e igrejas, em homenagem ao

⁴⁰ Delminda Silveira de Sousa foi uma professora e escritora catarinense, nascida em Desterro aproximadamente no ano de 1854, que se destacou por seus poemas românticos e foi integrante fundadora da Academia Catarinense de Letras (ACL).

⁴¹ Salve Pátria gentil, independente! / Salve - da Liberdade augusto dia! / Salve! - formosa aurora d'alegria, / Da brasilíia Nação, - glória fulgente // O brasileiro peito, em nobre ardência / No coração libérrimo vibrar, / Inda sente esse amor que fez pulsar / O peito dos heróis da Independência! // Salve - Brasil ingente, glorioso! / - Pedestal d'esmeraldas, portentoso, / Sobre o qual se levanta a Liberdade! - // Estrela das Nações! - mais radiante / Hoje rebrilha o nome teu, ovante, / No coração da nova mocidade. (Silveira, 1914, p. irreg.)

Brasil e sua independência, também se fazem presente em sessão especial para sua divulgação, intitulada “Festas Comemorativas”⁴², que convida a todos os leitores para participar das celebrações anuais.

Figura 9: Página comemorativa na terceira edição do jornal “Cruz e Souza”, de 1919.



⁴² Em comemoração a áurea data da Independência do Brasil, o simpático Clube 1º de Julho oferecerá hoje aos seus sócios, um brilhante festival artístico-comemorativo que terminará com um suntuoso baile. // - O grupo escolar Vidal Ramos comemorará a gloriosa data de hoje com uma atraente festa escolar, para a qual foi organizado variadíssimo e belo programa. // Também a Congregação Presbiteriana levará a efeito hoje, às 11 horas, no seu prédio na rua Marechal Deodoro, uma festa comemorativa à data de hoje. (CRUZ E SOUZA, 1919, p. 2).

Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

Nesse momento em especial é possível vislumbrar o caráter cívico no qual o jornal está imerso, assim como o nacionalismo anteriormente destacado. Segundo Marcon (2010, p. 106), “a fundação de uma sociedade recreativa para os ‘homens de cor’, em Lages, foi imbuída pelo caráter cívico, por acontecer num momento em que o civismo estava latente no meio intelectual”, indiferentemente do setor da sociedade. Preteridos na construção de um ideal de população brasileira e nação, a população de cor encontrou nas datas cívicas uma possibilidade de potencializar sua inserção no decurso desse contexto social. No caso lageano, foi a maneira encontrada pelos negros de conquistar visibilidade e o respeito da elite municipal, transparecendo consentir com as regras de civilização perseguidas por essa sociedade.

Como sociedade recreativa, a preocupação da diretoria do Centro Cívico era totalmente voltada para a moral e a civilidade, refletidas na manutenção da ordem durante as festividades e bailes por ela promovidos. “A diretoria esforçar-se-á de modo que as festas promovidas pelo Centro sejam realizadas na melhor ordem possível”. (Pereira, 2010, p. 58)

O civismo do Centro Cívico foi transferido para além das festividades, se fazendo característica presente também no estatuto de regimento concebido por ele, assim como esteve presente também ao longo das páginas de um jornal exibido para toda a comunidade munícipe. Através dessa estratégia, buscavam alcançar finalmente uma espécie de ascensão social, “visto que a cidadania e a civilidade também se faziam de patriotismo, as manifestações do Centro ganham em civismo, o que de certa forma também favorecia a aproximação junto aos detentores do poder municipal” (Branco, 2002, p. 78).

Demais notícias perpassam novamente questões referentes aos melhoramentos na infraestrutura do município, desta vez através de atualizações acerca das melhorias cumpridas nos serviços de cuidado e jardinagem no Jardim Coronel Belisário Ramos, que deveria por consequência embelezar ainda mais o centro da cidade serrana.

Quanto ao clube, são reiterados os convites e convocatórias ao longo da edição para que haja a participação dos sócios na eleição da nova diretoria, que deveria ocorrer no mesmo dia da publicação da edição, também dia da independência brasileira, como forma da sociedade de homens de cor exercer sua cidadania perante a democracia em dia simbólico, pelo menos nessa situação, conquistada através de muita luta.

Na quarta edição (22.09.1919), ademais de algumas matérias que destacam ainda as comemorações alusivas o dia da independência, há uma notícia voltada a economia do

município, divulgando uma feira que sucederá na cidade e que poderia ser responsável pelo aumento de vendas dos produtos produzidos na localidade, bem como a possível propaganda que iria ocorrer acerca da pecuária lageana, com a chegada de compradores de outras regiões.

Novamente abordando obras de melhorias, dessa vez há as notícias de investimentos em um determinado pavilhão, administrado pela associação “Turf Catarinense”. O autor da reportagem deixa subentendido qual a funcionalidade do local. Através das informações colhidas na própria notícia, acerca de regularização de animais e corridas, e em conjunto com as pesquisas de Marcon (2010, p. 89), é possível afirmar que o espaço se destina a constituição de um hipódromo, e que a associação responsável é formada por um conjunto de fazendeiros lageanos. Independentemente disso, uma observação pontual se faz necessária, quando o autor do editorial explicita quem é o público frequentador do local, através da colocação “o pavilhão será de uma arquitetura leve porém bela, onde a elite de Lages irá gozar algumas horas de diversões” (Cruz e Souza, 1919, p. 2)⁴³, expondo a restrição de grande parte da população desse formato de entretenimento.

Acerca dos demais clubes recreativos, é noticiada em formato comemorativo a inauguração da sede do Clube Cravo Preto, que solicita a presença de todos os membros do Centro Cruz e Souza para a festa que acontecerá, marcando a inauguração da nova instalação. Novamente é possível perceber a interação que se estabelece entre os clubes no município, e a consideração e respeito que é inicialmente cativado para com o Centro Cívico. O Clube Cravo Preto, também sociedade carnavalesca, se torna um dos grandes responsáveis pela manutenção dos desfiles alegóricos carnavalescos, bem como dos carnavais de rua, que decorrem na cidade de Lages, sendo um dos municípios do estado que manterá viva a tradição desse feriado. Na imagem abaixo, podemos observar uma cena de organização festiva que ocorria na propriedade que se tinha como sede da Sociedade Cravo Preto:

Figura 10: Imagem da fachada da antiga sede da Sociedade Cravo Preto.

⁴³ A informação veiculada é relativa à quarta edição do periódico “Cruz e Souza”.



Fonte: Jornal Correio Lageano, 2019. Disponível em: <https://clmais.com.br/carnaval-lageano-e-tradicao/>.

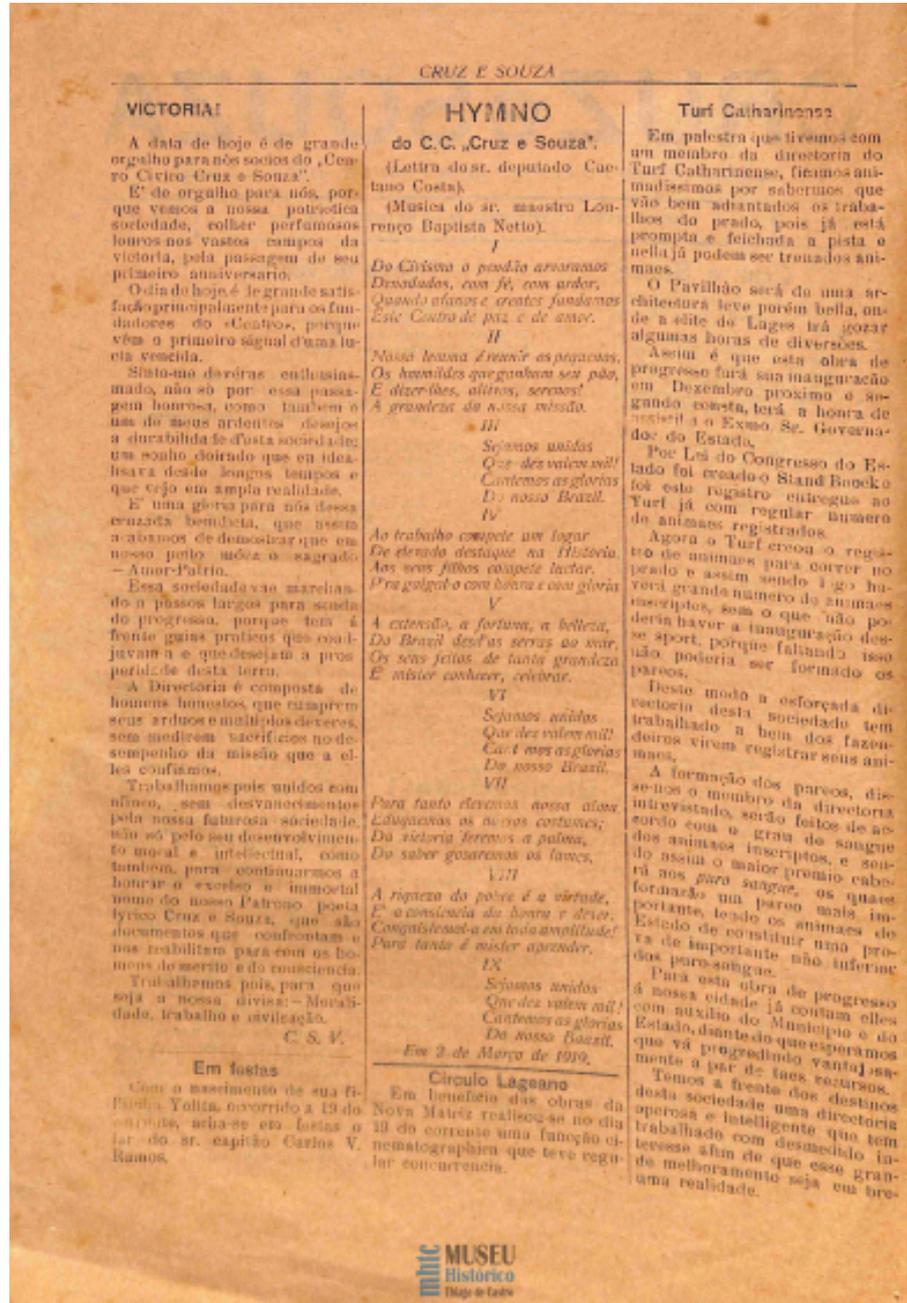
Nesse local retratado aconteceram muitos bailes promovidos pelo próprio Centro Cívico Cruz e Souza, quando o mesmo ainda não possuía uma sede própria. Conseqüentemente, é inegável a importância que as boas relações que os membros do Centro Cívico mantinham com as demais associações do município trouxeram benefícios à instituição e também aos simpatizantes desses eventos estruturados.

Por toda a extensão dessa edição jornalística, o foco se encontra no Centro Cívico Cruz e Souza. Isso porque, a eleição anteriormente divulgada ocorre e elege a nova diretoria, que será responsável pela gestão do clube pelo prazo de um ano. A diretoria eleita consiste nas pessoas de: Joaquim Pinto de Oliveira, reeleito como presidente; Alípio Cruz, reeleito como vice-presidente; Paulino Saldanha do Amaral, reeleito como primeiro secretário; Emiliano Honorato da Silva, reeleito como segundo secretário; Saturnino Pilar, reeleito como tesoureiro; Antonio Pires de Oliveira, eleito pela primeira vez como orador oficial.

Além do contentamento em anunciar os resultados da eleição, com votos de que isso assegure o pleno funcionamento do clube por um longo tempo, as festividades também ocorrem em detrimento da comemoração do aniversário do primeiro ano da fundação do Centro Cívico. Matérias são dedicadas a recordar sobre as lutas enfrentadas para que o clube

se mantivesse, assim como a letra completa do hino⁴⁴ escrito pelo deputado Caetano Costa e musicado por Lourenço Batista Neto em março de 1919 homenageando o Centro Cívico Cruz e Souza foi divulgado, como pode ser observado na coluna central do jornal a seguir.

Figura 11: Página da quarta edição contendo o hino cívico. Jornal “Cruz e Souza”, de 1919.



⁴⁴ Do Civismo o pendão alvoramos / Denodados, com fê, com ardor, / Quando ufanos e crente fundamos / Este Centro de paz e de amor // Nosso lema é reunir os pequenos / Os humildes que ganham seu pão, / E dizer-lhes, altivos, serenos! / A grandeza da nossa missão. // Sejamos unidos / Que dez valem mil! / Cantemos as glórias / Do nosso Brasil. // Ao trabalho compete um lugar / De elevado destaque na História. / Aos seus filhos compete lutar. / Para galgá-lo com honra e com glória. // A extensão, a fortuna, a beleza / Do Brasil desde as serras ao mar, / Os seus feitos de tanta grandeza / É mister conhecer, celebrar. // Para tanto elevemos nossa alma. / Eduquemos os nossos costumes; / Da vitória teremos a palma, / Do saber gozaremos os lumes, // A riqueza do pobre é a virtude, / É a consciência da honra e dever. / Conquistemo-la em toda amplitude! / Para tanto é mister aprender. (CRUZ E SOUZA, 1919, p. 2)

Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

Nos preparativos para a comemoração do aniversário há a chamada para o pagamento das mensalidades dos sócios, solicitadas a serem pontualmente pagas para que possam custear as festas que ocorrerão em honra a esse dia.

Finalmente, os tópicos da quinta edição (05.10.1919) prosseguem debatendo sobre a pauta da comemoração do primeiro ano da fundação do clube. Desta vez, as narrativas são sobre os acontecimentos e discursos desempenhados na festa de comemoração, que ocorreu na sede do Teatro Municipal, apresentadas na reportagem intitulada “22 de setembro”.

Ainda antes do início do baile, houve também uma prestação de contas pública referente à contabilidade do Centro Cívico realizado pelo presidente e tesoureiro da antiga diretoria. Nesse momento é primordial perceber as informações para além dos números. A informação apresentada pela diretoria é a de que o balanço anual não atingiu os valores necessários e portanto as obras idealizadas ainda não poderiam ser iniciadas. As obras dizem respeito a reforma de uma sala, de localização não informada, para a transformação da mesma em uma biblioteca. Sabemos que, neste período, o clube ainda não possuía uma sede fixa, mas, mesmo com esse empecilho, já buscava a construção de uma biblioteca que teria materiais literários à disposição dos seus membros. Ou seja, para essa diretoria, composta por homens negros letrados e que reconhecem a importância dessa condição, é indispensável que aconteçam grandes investimentos que possibilitem rapidamente o acesso à educação por parte de todos os seus membros, sendo essa portanto uma das prioridades evidentes do Centro Cívico Cruz e Souza.

O redator menciona, ao longo dessa mesma reportagem, a presença no baile de diversas figuras públicas e importantes instituições, como no exemplo da Orquestra Amadores da Arte, Almiro Lustosa, funcionário da Fazenda do Estado de Santa Catarina e o Tenente Waldemiro Livramento, delegado regional. Ao longo de todas as publicações também é possível notar a frequente aparição de figuras públicas, principalmente políticos, que apoiam e auxiliam no desenvolvimento do Centro Cívico Cruz e Souza. Segundo Carvalho (2008, p. 60):

Sendo o Centro Cívico Cruz e Souza, uma sociedade cujos frequentadores eram de origem africana e de diversas condições sociais, dificilmente essa agremiação seria a sociedade escolhida para o lazer da elite intitulada “branca”. Isso nos leva a pensar que tais autoridades políticas entre outros motivos, iam ao Centro Cívico porque este representava uma classe de pessoas que pensavam e agiam politicamente. Portanto, em disputas eleitorais eram votos que poderiam ser o fiel da balança.

Ou seja, ao longo do tempo, o Centro Cívico Cruz e Souza foi se estruturando como uma respeitada instituição lageana, que gozava de grande prestígio regional devido a sua organização e a moral de seus membros e representantes, de modo que, mesmo subentendidamente, às elites, a sociedade geral e também os indivíduos em cargos políticos carecem reconhecer e tolerar a complexa resistência e organização política e social promovida por essa comunidade.

Posteriormente, segundo a notícia, foi liberada a pista de dança para que acontecesse o baile, dentro dos parâmetros de ordem desta sociedade. Principalmente nessas ocasiões formais, onde se realizavam bailes e festividades relacionadas a alguma data significativa para o clube, os membros deveriam, para além de seu comportamento exemplar esperado, demonstrar sua reverência ao evento e sua sofisticação para a sociedade através do uso de vestimentas adequadas, como exemplifica Carvalho (2008, p. 70) quando afirma que “o vestir-se bem servia de linguagem para expressar e manter a respeitabilidade nesses espaços sociais. Dessa forma, a aparência física é importante para reafirmar positivamente a condição social dos afrodescendentes perante o grupo dominante”.

Resumidamente, todos esses cuidados que eram prezados pelo Centro Cívico Cruz e Souza e seus membros se fazem extremamente fundamentais, ainda segundo Carvalho (2008, p. 72), porque:

Havia grande preocupação e empenho em zelar e manter pela ordem do Centro Cívico, a boa conduta era fator que servia para legitimar atitudes positivas, na tentativa de “quebrar” estereótipos negativos em torno do afrodescendente. Essa preocupação é compreensível, pois numa sociedade competitiva e discriminatória, ter pele negra e ser pobre, passa por um “filtro social”, onde são realçadas questões como: estar bem trajado, ter boa conduta, aparentar-se bem. Estes requisitos foram e são posturas importantes para os afrodescendentes obterem a aceitação pelo grupo dominante. Muito embora tais requisitos não fossem exclusivos dos eurodescendentes, mas entre os afrodescendentes era circunstância essencial, demonstrando a ascensão de cada um na sociedade.

O baile de comemoração, segundo informações apresentadas pelo próprio jornal, foi proveitoso para os que se fizeram presentes, bem como para a imagem que ia sendo construída acerca do Centro Cívico, que se estabelecia e vinculava cada vez mais a essa sociedade lageana.

Figura 12: Página inicial da quinta edição contendo informativo festivo. Jornal “Cruz e Souza”, de 1919.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, 2023.

No decorrer da matéria sobre a comemoração, exibida na imagem acima, um dado importante é esclarecido pelo redator, que aponta a quantidade de 60 sócios ativos até aquele momento. Essa quantidade de indivíduos é relativamente alta, tendo em consideração que nesse período as mulheres ainda estavam impossibilitadas de se associarem individualmente ao Centro Cívico, a recente criação do clube e as condições financeiras da população na época, que muitas vezes impossibilitava gastos com elementos não essenciais como o entretenimento e o lazer.

Além disso, são descritas informações básicas acerca da festa de inauguração do Clube Cravo Preto, o qual os membros do Centro Cívico Cruz e Souza foram convidados anteriormente através de divulgação nesse mesmo jornal.

Há ainda novos destaques na seção de notas policiais da edição, onde o redator enaltece o bom trabalho desempenhado pelo delegado de polícia, na ocasião o tenente Waldemiro do Livramento, que reivindica mais praças para auxiliar na segurança do município e aos poucos consegue colocar ordem novamente na cidade, já que além do serviço de patrulhamento feito com louvor:

O digno oficial providenciou ainda mais, para que se acabassem certos sambas e fez com que em nossa cidade reinasse completa harmonia. Não mais se ouve o bater-pé no Alto de Santa Cruz, no Banhado e nos seus arrabaldes, semanas inteiras perturbando o sossego público, os quais sempre traziam maus resultados (Cruz e Souza, 1919, p. 3).⁴⁵

Novamente é perceptível o posicionamento do Centro que, apesar de realizar diversas rodas de samba e carnavais em sua sede, se opõe aos sambas e demais atividades que sejam realizadas fora das regras de conduta estipuladas, que segundo a notícia perturbam a ordem pública, permanecendo assim mais uma vez ao lado da moral e das leis dessa sociedade. É possível imaginar que os maus resultados comentados ao longo da reportagem recaiam especificamente sobre o Centro, que mais uma vez terá que se comprovar isento da participação em tais desordens, como já exemplificado previamente, arriscando sua boa fama construída ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, a notícia nos revela informações relevantes sobre algumas das localizações de bairros que possuem maior concentração de indivíduos de cor, que não possuíam acesso ao Centro Cívico Cruz e Souza e que portanto, promoviam esses encontros para conseguir desenvolver suas próprias formas de sociabilidade e reafirmação de identidade originária, em uma sociedade que oprimia sua sobrevivência e seu estilo de vida.

Com esse apanhado geral de análises acerca das cinco edições do periódico, é claramente compreensível a relevância que o mesmo dispôs, promovendo incentivos às práticas culturais, a busca pela educação e literatura, além de estimular o conhecimento e as práticas políticas e cidadãs em indivíduos de cor, marginalizados nessa sociedade, com o intuito de diminuir as desigualdades impostas. Ao mesmo tempo, viabilizou a inserção forçadamente dessa parcela da comunidade em lugares eminentes e também na própria sociedade de Lages. Além disso, torna-se uma importante fonte para desmistificar a ideia de

⁴⁵ A informação veiculada é relativa à quinta edição do periódico “Cruz e Souza”.

passividade do negro frente a todas as imposições díspares praticadas pela população geral para com os mesmos desde tempos precedentes a criação do Estado brasileiro.

Segundo informações encontradas na folha de rosto da quinta edição do periódico, o mesmo seria constituído por assinaturas, as quais seriam compostas por 5 edições em todas as vezes. Lastimavelmente, o periódico teve uma duração breve que se resume exatamente nessas 5 primeiras edições publicadas, ao longo do seu mesmo ano de fundação, não dando prosseguimento às próximas assinaturas. A motivação, provavelmente, se deu por questões econômicas, uma vez que há a justificação de uma possível interrupção de algumas semanas na tiragem porque:

Até a presente data temos 120 e poucos assinantes, com os quais custeamos, com sacrifício, os cinco números que hoje completam. Agora, porém, a tipografia impressora suspendeu o preço de impressão, cuja importância não podemos salvar com o resumido número de 130 assinaturas. (Cruz e Souza, 1919, p. 1)⁴⁶

No entanto, a significação e o impacto da assinatura são notáveis, conferindo maior visibilidade a uma população excluída, registrando a sua numerosa presença, iniciativa e a resistência principiadas pela população negra no município. A alusão realizada por Florestan Fernandes (2003, p. s/n) sobre democracia racial se expande e pode ser bem aplicada para todo esse contexto de contrariedades enfrentada pelo indivíduo negro, sendo que ele reitera sua afirmação de que:

Em consequência, o mito floresceu sem contestação, até que os próprios negros ganharam condições materiais e intelectuais para erguer o seu protesto. Um protesto que ficou ignorado pelo meio social ambiente, mas que teve enorme significação histórica, humana e política. De fato, até hoje, constitui a única manifestação autêntica de populismo, de afirmação do povo humilde como gente de sua autoliberação.

Em outras palavras, apesar da extinção (?) do periódico, a existência mesmo ínfima de sua produção é extremamente significativa para o fortalecimento das manifestações propostas pela comunidade negra e atualmente para o resgate de uma história marginalizada e desmemoriada até muito poucos anos atrás.

Ininterruptamente, os princípios e intenções do periódico ecoam através do Centro Cívico Cruz e Souza, que se manteve e deu prosseguimento com grande afincamento às suas atividades que continuaram posicionando-se em contraponto aos interesses gerais, procurando propiciar a mínima dignidade e condição de cidadão negados aos indivíduos de cor - população negra.

⁴⁶ A informação veiculada é relativa à quinta edição do periódico “Cruz e Souza”.

Em conclusão, como sustentado pela professora Jeruse Romão no documentário acerca do centenário do Centro Cívico Cruz e Souza (UNIPLAC, 2018)⁴⁷:

Os clubes negros, ainda resistentes, essa rede de clubes negros representa um marco na história de Santa Catarina e eu gostaria de dizer para as pessoas de Lages, independente da sua condição étnica, que o Clube Cruz e Souza é um patrimônio histórico e cultural desse município e que deve ser tratado como um patrimônio destinado a lembrar que a igualdade é um direito e que todos nós merecemos respeito.

⁴⁷ O documentário foi produzido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), vinculado à universidade UNIPLAC de Lages, em comemoração ao centenário de fundação do Centro Cívico Cruz e Souza, ocorrida no ano de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xCLIPb1DwO4>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central deste trabalho foi analisar a experiência da imprensa negra na cidade de Lages, como uma forma de representação inicial de que as manifestações desse movimento aliado ao jornalismo não se restringem às áreas centrais do Brasil, assim como não se mantiveram exclusivas aos limites da capital do estado catarinense. Constatada também ao longo desse trabalho a notoriedade alcançada pela imprensa negra brasileira e catarinense como um todo, encontra-se explícita mais uma comprovação acerca da variedade de particularidades presentes nas lutas empreendidas pela comunidade negra para resistir e se inserir de algum modo como cidadãos na sociedade que se formava. O periódico Cruz e Souza, produção regional desenvolvida a partir da criação do Centro Cívico Cruz e Souza, instituição que por si só já possui uma grande significância nesse contexto, deixa explícito uma das maneiras encontradas para alcançar esse objetivo, sem abandonar em nenhum momento sua identidade e suas origens.

Apesar do periódico não manifestar diretamente e de uma forma explícita sua insatisfação com as condições em que o indivíduo negro se encontrava no município através de reportagens ou denúncias como era o mais comum em demais jornais do gênero, somente a sua existência já configura a percepção que possuíam dessa necessidade em se destacar de alguma maneira, para que aos poucos pudesse ser conquistado algum espaço social por essa parcela da população. A negritude lageana perspicazmente se beneficiou dos preceitos morais e civilizadores incumbidos pela própria sociedade majoritariamente excludente e rapidamente foi se adaptando para conquistar um meio de se inserir em lugares antes inacessíveis aos indivíduos de cor. Dessa forma, conseguiram não só resistir às desigualdades como também se colocaram em evidência, tendo o trabalho, porém algum sucesso, em conquistar muito do básico que lhe foi negado desde o princípio.

Além disso, é ainda necessário reiterar que lidamos atualmente no Brasil com uma das formas mais lamentáveis de racismo existentes: o racismo que, de forma velada, tornou-se enraizado nas estruturas nacionais e se faz presente de diversas formas no cotidiano da população. A situação se comprova quando é possível perceber uma forte negação, no exemplo ainda atual do caso catarinense, de qualquer familiaridade histórica com as raízes e origens afro-brasileiras, fato que ocorre na mesma medida com a pauta da instituição da escravidão no estado.

Ao longo dos anos a significativa presença de indivíduos de cor foi invisibilizada em Santa Catarina e essa concepção se incorporou ao imaginário da sociedade geral. Porém, citando Renilda Vicenzi (2023, p. 180):

Sabemos que o debate de lugares e hierarquias foram argumentados em critérios raciais dificultando e negando a cidadania à população negra. Contudo, este foi acompanhado, questionado e contrariado pelos associativismos negros, pela imprensa negra e por indivíduos que teorizam contrariamente ao racismo científico e ao branqueamento da população.

Por conseguinte, evocar essa história a partir da perspectiva da imprensa negra proporciona novas e indispensáveis oportunidades de reencontros com a história viva de um território, visto que o cotidiano e os olhares de sujeitos marginalizados serão por fim, mesmo que minimamente, exteriorizados através das páginas desses periódicos que manifestam os diversos formatos das lutas em prol do reconhecimento de sua cidadania e demais direitos pretendidos, possibilitando novas interpretações sobre a história.

Ao mesmo tempo, evidenciar atitudes como a criação do jornal Cruz e Souza é primordial pois ele presta uma grande contribuição para que haja uma melhor compreensão acerca do contexto étnico-racial regional e dos fragmentos da realidade enfrentada por essa população negra, de modo a trabalhar no resgate de uma significativa fração da história dessa população que experimentou as mais diversas formas de omissão. Mas, acima de tudo, projetar estudos acerca deste periódico, e por consequência sobre o Centro Cívico Cruz e Souza e o cenário lageano, é poder partilhar da sensibilidade de uma memória ancestral que ainda transmite perseverantemente as atitudes e os sentimentos de igual pertencimento e identificação com essa terra.

Por último, como afirmado ao longo de todo o debate proposto, é atualmente inegável, portanto, a presença e as diferentes formas de contribuição da comunidade negra para com a história do município de Lages, assim como para com todo o estado de Santa Catarina. É necessário agora esclarecer e aceitar definitivamente que as afirmações acerca da ideia de uma “branca Santa Catarina” são infundadas, apesar de historicamente construídas, já que não só sob sangue e suor “branco” do imigrante europeu essa terra foi desenvolvida. Para isso, incentivo a continuidade das pesquisas de colegas acerca dessa temática, que poderão explorar ainda mais profundamente os relatos e vestígios sobre essa diversidade étnica presente em território catarinense, conferindo um mínimo de justiça que pode ser oferecido à memória coletiva de todos os cidadãos de cor dessa terra, assim como a seus descendentes.

LISTA DOS JORNAIS

A METRALHADORA, Lages, 1918. Disponibilizado pelo Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro (MHTC), 2023.

CORREIO LAGEANO, Lages, 2019. Disponível em: <https://clmais.com.br/carnaval-lageano-e-tradicao/>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CRUZ E SOUZA. Lages, 1919. Disponibilizado pelo Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro (MHTC), 2023.

O CLARIM, Lages, 1908. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

O IMPARCIAL. Lages, 1903. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

O LITERATO. Florianópolis, 1914. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Valmir Teixeira de. O papel da imprensa negra brasileira. **ALTERJOR**, São Paulo, Ano X, v. 2, jul./ dez. 2019, p. 213-228. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- ARAÚJO, Valmir Teixeira de; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Imprensa negra e cidadania: Conteúdos do *Correio Nagô*, *Mundo Negro* e *Nação Z*. **MATRIZES**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 229-250, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v15i2p229-250. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/172524>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- ATAÍDE, Sebastião. **O negro no planalto catarinense**. Prefeitura do Município de Lages: Lages, 1988.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRANCO, Mirian Adriana. **Corpos nefastos - Cidadania incerta: Em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da Nação**. Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83898/189117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 fev. 2024.
- BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 29 out. 2023.
- CARNEIRO, Márcio Matos. **Origem dos nomes dos municípios de Santa Catarina**. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. **Negros em Lages: Memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano (1960-1970)**. Itajaí: Casa Aberta, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/2541646/Negros_em_Lages. Acesso em: 29 mar. 2024.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.
- CONCEIÇÃO, Ingrid Stefanny Santos da. Aprimoramento da repressão à ociosidade no pós-abolição (1888): uma questão irremediável. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 7, n° 13, p. 232-249, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Windows/Downloads/5664-Texto%20do%20artigo-10513-1-10-20230310.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.
- DOMINGUES, P. J. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós-abolição (1889-1930). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 5, p. 275-292, 2004. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v5i0.8019>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8019>. Acesso em: 03 nov. 2023.

DOMINGUES, P.J. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X012023007>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DOS SANTOS, Camila. **Racismo: o mito da democracia racial**. Santa Catarina: Estácio de Sá, 2016.

ESCOBAR, Giane. **Clubes Sociais Negros: Lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2010.

FACEBOOK. Centro Cívico Cruz e Souza, clube social negro lageano. Lages: Facebook, 2024. Disponível em: https://www.facebook.com/clubecrizesouzalages?locale=ms_MY. Acesso em: 13 jan. 2024.

FERNANDES, Florestan. O mito revelado. **Revista Espaço Acadêmico** - Ano III, n. 26, jul. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53040/751375149861>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FILHO, Fernando Bartholomay. **A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)**. Santa Catarina: UFSC, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: IBGE, 1874.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: IBGE, 1900.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento do Brasil em 1920. Rio de Janeiro: IBGE, 1928.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento geral do Brasil em 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: _____ (org). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MARCON, Frank. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Manoel Tiago de Castro. 2023. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/679-Manoel_Tiago_de_Castro. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 08 nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: **Vozes**, 1999.

NEAB; UNIPLAC. **Centro Cívico Cruz e Souza - Memórias de um Centenário**. Youtube, 2018. (33 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xCLIPb1DwO4>. Acesso em: 14 mar. 2024.

NEVES, João Paulo Santos; SILVA, Maria Aparecida Monteiro da. O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. **Educar mais**: v. 3, n. 2, p. 158–166, 2019. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.15536/reducarmais.3.2019.158-166.1467>. Acesso em: 08 nov. 2023.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira**. Paraná, 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

OLIVEIRA, Ângela . A IMPRENSA NEGRA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO NEGRO. In: IV Encontro de Pesquisas Históricas PUCRS, 2018, Porto Alegre - RS. A historiografia para além do campo historiográfico: novos horizontes e perspectivas. Porto Alegre: **EDIPUCRS**, 2017. v. 4. p. 01-09. Disponível em:

<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2017/arquivos/43.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

PEDRO, Joana Maria (org.) **Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no Século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEREIRA, Eráclito. **Centro Cívico Cruz e Souza: Memória, Resistência e Sociabilidade Negra em Lages - Santa Catarina (1918 - 2012)**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2013.

RANGEL, Pollyanna Soares. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. **Revista Simbiótica**: vol. 2, n. 1, jun., 2015. Disponível em:

file:///C:/Users/Windows/Downloads/claudiomarcio,+3+Apenas+uma+questao+de+cor_Pollyanna+Rangel.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023

RASCHE, Karla Leandro. Imprensa negra e combate ao racismo (Florianópolis, 1914-1925). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 38-65, jul./set. 2018.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310252018038>. Acesso em 05 fev. 2024.

ROSA, Júlio César da. Sociedades recreativas e associativismo negro: agremiações em Santa Catarina no pós-abolição (1903-1950). **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 223-248, jul./out. 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/413>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SANTOS, José Antônio dos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 143–160, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615>. Acesso em: 1 fev. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. 1. ed., vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 174-244.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Delminda Silveira de. 7 de setembro. **Cancioneiro**. Florianópolis: Tipografia da Livraria Central, 1914.

SOUSA, João da Cruz e. Acrobata da dor. **Broquéis**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1893.

TEIXEIRA, Eliana Maria de Souza Franco; BRITO, Rafaela Silva. A influência dos meios de comunicação na opinião pública no sistema político. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, São Paulo, n. 02, p. 97-112, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://r4evistas.pucsp.br/index.php/DDEM>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TEIXEIRA, Luana. Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920. *In*: TEIXEIRA, Luana; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (org.). **Pós-abolição no sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador: Sagga, 2020. p. 75-92. Disponível em: <https://bgmamigo.paginas.ufsc.br/2020/06/24/pos-abolicao-no-sul-do-brasil-associativismo-e-trajetorias-negras/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

VICENZI, Renilda. “A história que a história não conta”: personalidades negras na escrita/narrativa do professor Sebastião Ataíde. *In*: BARRACHINA, María Agustina; GUZMÁN, Tomás; PERIA, Juan Francisco Martinez. **Estudios afrolatinoamericanos 5: actas de las séptimas jornadas de GEALA**. 1. ed. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2023. Disponível em: <https://geala.files.wordpress.com/2023/10/barrachina-guzman-martinez-peria-actas-vii-jornadas-de-estudios-afrolatinoamericanos-del-geala-2.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

VICENZI, Renilda. **Sebastião Ataíde: Presença, protagonismo e trajetória**. (Coleção Biografemas) Editora Humana: Chapecó, 2023.